

Aula 00

*PM-SP (Oficial) - Passo Estratégico de
História - 2021 (Pré-Edital)*

Autor:
Sergio Henrique

25 de Maio de 2021

História. Antiguidade.

Introdução	1
Análise das Questões de História da Banca FGV	2
<i>Levantamento Estatístico</i>	<i>2</i>
<i>Os Principais Temas e Abordagens</i>	<i>3</i>
História Geral: Das 39 questões de História Geral, a incidência dos assuntos foi:	3
História do Brasil: Das 94 questões de História do Brasil, a incidência dos assuntos foi:	4
História da República: Das 54 questões de História da República, a incidência dos assuntos foi:	5
<i>Conclusões.....</i>	<i>6</i>
O Edital	6
<i>Abordagem</i>	<i>6</i>
Sugestões de Questões da banca, com base nos Levantamentos Estatísticos	7
Primeiro Passo: História Antiga	26
<i>O que consta no edital de História Antiga</i>	<i>27</i>
Orientações de Estudo (Checklist de revisão) e pontos a destacar	28
1. <i>Antiguidade Oriental</i>	<i>28</i>
2. <i>Grécia</i>	<i>29</i>
3. <i>Roma</i>	<i>31</i>
Questionário de Revisão	33
<i>Questionário - Somente Perguntas</i>	<i>33</i>
<i>Questionário - Perguntas e Respostas</i>	<i>34</i>
Prova PM-SP 2021 – Oficial	36
<i>História</i>	<i>36</i>

INTRODUÇÃO

Olá, querido aluno. Sou o professor Sérgio Henrique, Historiador, licenciado em geografia e professor de Ciências Humanas no **Estratégia concursos** e em cursos presenciais. Sou professor há mais de 15 anos e já ministrei várias disciplinas, do ensino fundamental ao superior, como servidor público e na rede privada. Nos primeiros anos de carreira focando em ensino e aprendizado para



Motivação, Disciplina e Estratégia formam o tripé do sucesso e estou aqui com a equipe **Estratégia Concursos** para levá-lo ao sucesso e alcançar seus objetivos. Vamos logo, pois não temos tempo a perder. Nosso tempo é valioso, mas fique tranquilo. Tudo vai correr bem e foi devidamente distribuído para que você possa alcançar seu almejado sucesso. Leia e releia suas aulas. Faça e refaça seus exercícios. A repetição é a mãe do aprendizado. A memorização deve vir da repetição dos exercícios e do acúmulo das leituras. É a melhor forma de memorizar o conteúdo. Aos poucos e por meio da repetição.

Sem mais delongas, vamos ao trabalho.

ANÁLISE DAS QUESTÕES DE HISTÓRIA DA BANCA FGV

1. A banca é exigente e o candidato deve dominar conceitos e os principais fatos históricos. Não dá para enfrentar sem ter tido uma preparação adequada.
2. A FGV seleciona o candidato através de questões muito bem elaboradas, com textos complementares que dão boas dicas que orientam o raciocínio da questão (mas sem este papo da resposta estar no texto, ok?).
3. A maior parte dos concursos realizados pela FGV contextualiza a avaliação ao cargo, então temas ligados à segurança pública são excelentes, e já aplicaram em vários certames anteriores, questões sobre o crime organizado e o tráfico internacional de Drogas.

LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO

1. É importante lembrar ao candidato que estes levantamentos estatísticos são rigorosos, no entanto as estatísticas podem variar muito, dependendo das variáveis que usamos, ou também do tamanho da amostra.
 - 1.1. Há uma anedota sobre as estatísticas, que se colocarmos a cabeça de alguém num forno, e sua seus pés numa geladeira, a média da temperatura corporal será agradável. Pretendo demonstrar com isso que nossa amostra de questões tem dois **vícios de análise**: primeiro que as questões foram selecionadas de acordo com a utilidade para seu concurso e em segundo a hipótese inicial que norteou a análise era que a banca cobrava mais História do Brasil que História Geral se confirmou.
 - 1.2. Escavei todos os concursos aplicados pela banca, inclusive do concurso de admissão na universidade. Como são poucos os já realizados com a disciplina de história, e a maioria foram para professores, nossa seleção é completa e variada, e procurei identificar as possíveis tendências para este exame, e o primeiro padrão já sabemos, que é a abordagem de temas da História do Brasil, e o segundo, é que além de contextualizar o conjunto das questões de história, o edital todo é explorado, então temos que ter um domínio dos principais temas, que veremos abaixo a incidência. No entanto, todo ele será cobrado, então



2. Para orientar a análise, dividirei em dois grandes temas, e depois subdividiremos cada um deles, que são: História Geral e História do Brasil.
3. Para uma estimativa estatística razoável, é bom que trabalhemos com ao menos duzentas questões. No nosso Passo Estratégico temos em torno de trezentas questões, mas que foram coletadas sem método. Do total de 133 questões coletadas, que correspondem às questões válidas (que podem ser aproveitadas para seu cargo) dos últimos dez anos de concursos aplicados, com a disciplina de História, podemos dividir em:

História

% de cobrança em provas anteriores

FGV

História do Brasil

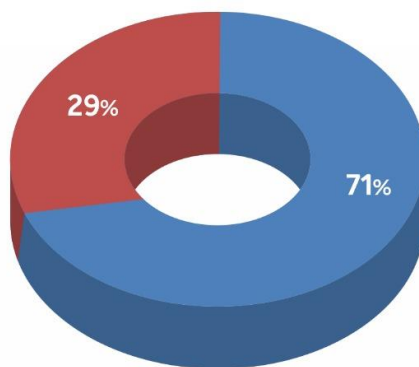
71%

História Geral

29%

Incidência das Áreas da História na Amostra

■ História do Brasil ■ História Geral



OS PRINCIPAIS TEMAS E ABORDAGENS

História Geral: Das 39 questões de História Geral, a incidência dos assuntos foi:

História Geral



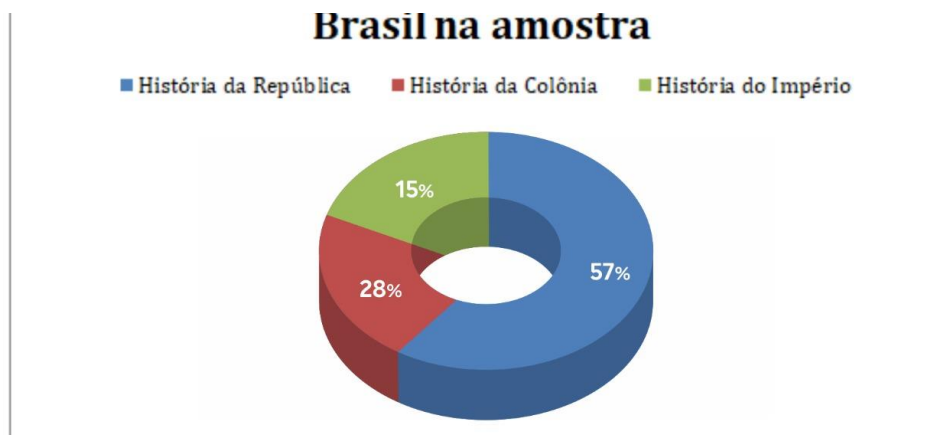
História Contemporânea	41%
História Moderna	36%
História Medieval	23%
História Antiga	0%



História do Brasil: Das 94 questões de História do Brasil, a incidência dos assuntos foi:

História do Brasil	
% de cobrança em provas anteriores	
FGV	
História da República	57%
História da Colônia	28%
História do Império	15%

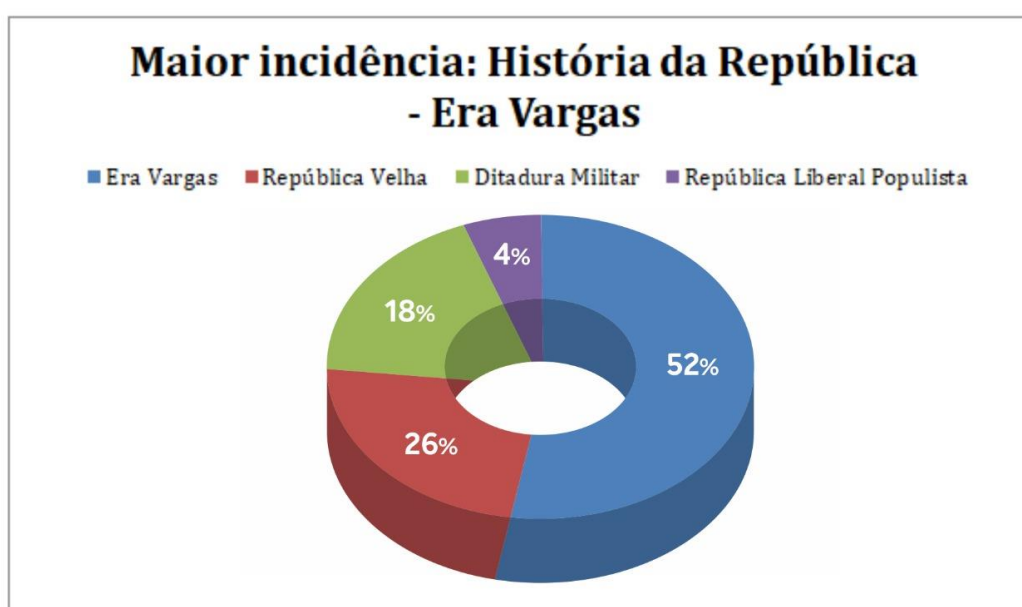




História da República: Das 54 questões de História da República, a incidência dos assuntos foi:

História da República
% de cobrança em provas anteriores
FGV

Era Vargas	52%
República Velha	26%
Ditadura Militar	18%
República Liberal Populista	4%



1. Há uma predominância de História do Brasil na amostra usada. A maioria eram de concursos regionais e para professores, o que explica esta alta proporção, pois está de acordo com as orientações pedagógicas do MEC.
2. Há uma grande desproporção entre os assuntos e a História da República é privilegiada, e evidentemente os temas ligados à Era Vargas.
3. Em História Geral, há o predomínio de História Moderna e Contemporânea, em proporções semelhantes, com pequena vantagem para Contemporânea.
4. Em todas as provas, podemos esperar ao menos uma questão de Idade Média. Não está presente em quantidade, mas em todo o exame aparece.
5. História Antiga não apareceu em nenhum concurso, mas devemos tomar cuidado. Se considerarmos todo o universo de questões produzidas pela banca, incluindo seus concursos de admissão na universidade, o tema é sempre presente, então tudo indica que teremos uma questão na prova, ou de Grécia ou de Roma, abordando principalmente os aspectos ligados à democracia e as sociedades escravistas.
6. Em todos os períodos Históricos, foram cobrados temas clássicos da História política e econômica, que é o eixo central, a partir do qual a banca desenvolve seus raciocínios nas questões.

O EDITAL

A relação dos temas indicados para o estudo, é simplesmente todo o conteúdo de História Geral e História do Brasil. Em teoria pode cair qualquer conteúdo da disciplina, então é algo muito amplo. No entanto através da análise dos conteúdos já cobrados, podemos identificar como caem e quais são mais incidentes. Fique atento:

- ✓ E edital todo é realmente explorado.
- ✓ Elegem temas mais relevantes dentro de cada período histórico, normalmente assuntos com abordagens clássicas na historiografia (produção acadêmica do conteúdo histórico). Isso funciona como uma bússola, pois nos aponta o Norte a seguir.
- ✓ Os temas do edital são abordados de forma inteligente e simples. Exigem uma compreensão geral do contexto de cada período histórico e seus principais fatos. Não é uma banca que faça pegadinhas, induzindo o candidato ao erro, ou exija nomes ou datas muito específicas.

ABORDAGEM

Os assuntos abordam principalmente o que nós conhecemos como história social. Um olhar sobre os costumes, sobre o trabalho e relações políticas gerais. Não valoriza datas como elemento



fundamentais, no entanto só importam datas simples e normalmente conhecidas pela maioria dos candidatos. O mesmo ocorre com nomes. Só das personalidades históricas mais marcantes como os imperadores, e os principais presidentes da República, sendo os mais importantes para o exame Getúlio Vargas, JK, Jânio Quadros e João Goulart. Creio que considerou uma boa notícia, pois são menos informações para memorizar. Fique atento, pois a abordagem é principalmente conceitual e:

- ✓ É essencial a compreensão geral dos períodos, dos processos (transição do feudalismo para o capitalismo, por exemplo) e dos conceitos envolvidos, como o de democracia, imperialismo, nazifascismo, populismo entre outros. Em cada aula do passo destacarei os fundamentais.
- ✓ A banca gosta bastante de explorar imagens como charges, capas de mídia impressa e obras de arte. Um assunto muito recorrente são as obras de arte do Romantismo produzidas por Pedro Américo e Victor Meireles com perguntas relacionadas aos momentos retratados ou sobre o olhar do autor. Neste último caso depende muito da sua capacidade de interpretação.
- ✓ Todas as questões possuem textos motivadores que em geral ajudam a fazer a questão, ou ela dependa dele.

SUGESTÕES DE QUESTÕES DA BANCA, COM BASE NOS LEVANTAMENTOS ESTATÍSTICOS

1. (FGV - Adaptada)

A proclamação da República Popular da China em 1º de outubro de 1949 e a eleição do governo presidido por Mao Tsetung foram resultados da luta contra a ocupação da China por potências estrangeiras e contra o regionalismo que fortalecia os senhores de terra.

O movimento camponês, liderado por Mao Tsetung, sagrou-se vitorioso em outubro de 1949. Entretanto, as raízes desse movimento estão no século 19 e nas condições que se foram criando a partir da intervenção das potências estrangeiras, no início do século 20.

(Carlos Guilherme Mota. *História moderna e contemporânea*, 1986)

No que diz respeito às interferências estrangeiras nesse país, é correto afirmar que

A) a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) terminou com a vitória do Império Russo e sua decorrente ação do imperialismo russo no processo de partilha de grande parte do território da China Imperial.

B) as Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) garantiram à Inglaterra a abertura comercial da China e permitiram também que outras potências europeias e asiáticas revelassem seus interesses no Império Chinês.

C) a guerra entre o Império Chinês e o Japão (1894-1895) resultou no enfraquecimento da China e no início da hegemonia alemã em grande parte desse país, principalmente por meio das amplas inversões de capitais.



a República chinesa recém-proclamada.

E) a Longa Marcha (1923-1927), organizada pelo Partido Comunista Chinês em aliança com o Partido Nacional do Povo, lutou contra as presenças estrangeiras na China, e foi derrotada pelos japoneses no momento da invasão da Manchúria.

Comentários

A questão fala sobre as interferências estrangeiras ocorridas na China, apresentando, neste cenário, a sua consolidação enquanto República Popular no dia 1º de outubro de 1949, sob o governo de Mao Tsetung. O excerto também fala sobre as raízes deste movimento, que remetem ao século XIX e ao início do século XX. Nesta questão, o ideal é analisar alternativa por alternativa, a fim de compreender melhor o contexto em que a China esteve inserida.

A) **(INCORRETA)** Guerra Russo-Japonesa (1904-1905): o Japão sagrou-se vitorioso e se consolidou como potência militar. Sua vitória sobre o Império Russo gerou uma onda de entusiasmo nacionalista, na qual muitos políticos japoneses defenderam novas expansões territoriais sobre a China. O crescimento do nacionalismo no Japão resultou em novas invasões na China e no crescimento da rivalidade com os Estados Unidos, o que causou a Guerra do Pacífico (1941-1945) durante a **Segunda Guerra Mundial**.

B) **(CORRETA)** Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860): ocorridas durante o período do imperialismo europeu, esses entraves proporcionaram à Inglaterra, a partir de sua vitória, o acesso mercado chinês, que até então era fechado. Com a forçada abertura dos seus portos à Inglaterra, a China viu sua autossuficiência ruir e a interferência estrangeira se ampliar no seu território.

C) **(INCORRETA)** Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895): ocorreu no contexto do **expansionismo imperialista japonês** da segunda metade do século XIX e resultou no início do controle do Japão sobre áreas estratégicas do Extremo Oriente, como a península da Coreia, o que fez com que o Império Japonês se tornasse mais visível ao mundo ocidental.

D) **(INCORRETA)** Revolta dos Boxers (1898-1901): foi um movimento popular de caráter anticolonialista ocorrido na China. Neste movimento, organizações populares lutaram contra a influência colonialista estrangeira no comércio, na política e na religião. O contexto remete ao final do século XIX, quando os países ocidentais e o Japão tinham grande controle sobre as políticas econômicas na China, além do controle territorial e comercial ao norte do país. Os camponeses desta área sofriam economicamente e acabaram culpando os estrangeiros por isso, revoltando-se contra eles.

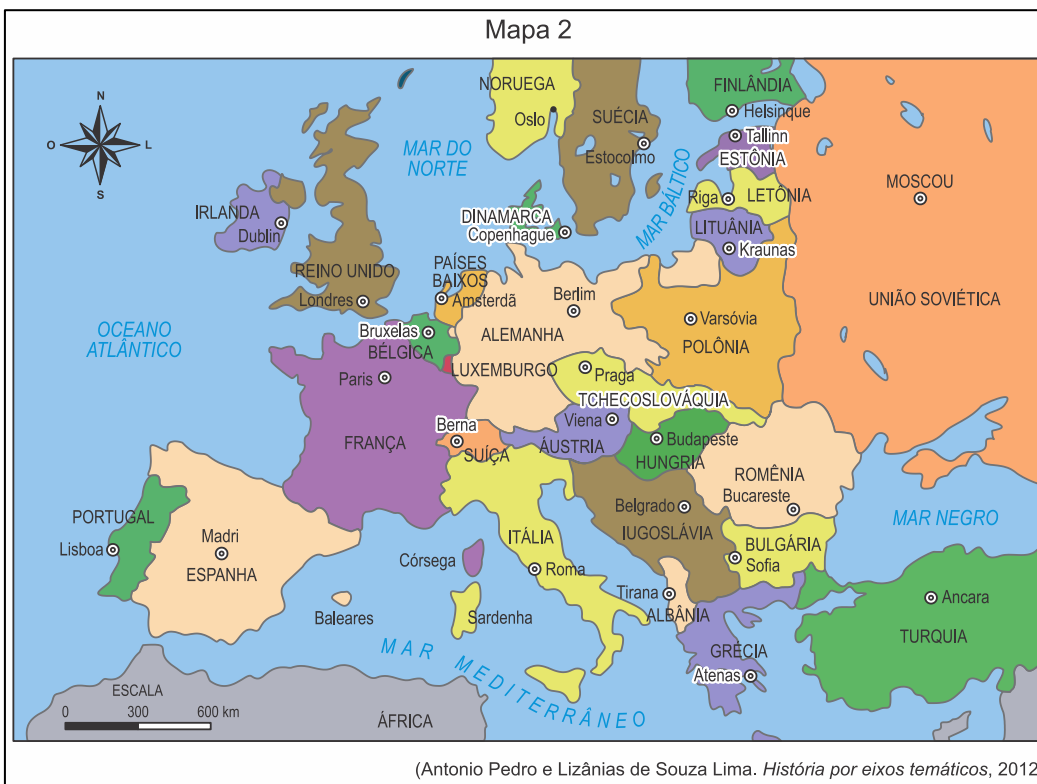
E) **(INCORRETA)** Longa Marcha: a Longa Marcha ocorreu entre outubro de 1934 e outubro de 1935.

Gabarito: B

2. (FGV - Adaptada)

Observe os dois mapas.





No que diz respeito aos mapas, é correto afirmar que o Mapa 1 representa

A) a Europa no início do século XIX, no momento da expansão do Império Napoleônico, que se estende até a Rússia; o Mapa 2 mostra a Europa pós-Segunda Guerra, isto é, em plena Guerra Fria, com o aumento do poder da URSS e de seus satélites.



Guerra, com surgimento de novos países a partir do fim desses impérios.

C) todos os países envolvidos na Guerra dos 7 anos, entre 1756 e 1763, na Europa: França e Espanha de um lado e, Inglaterra e Portugal, de outro; Mapa 2 mostra os países da OTAN e do Pacto de Varsóvia, blocos militares surgidos no contexto da Guerra Fria.

D) as transformações geopolíticas das decisões do Congresso de Viena em 1814-1815, reduzindo os territórios dos perdedores, como a França; o Mapa 2 mostra o resultado político da vitória dos Aliados na Segunda Guerra, como a URSS, a Inglaterra, a França e a Polônia.

E) o momento final do processo de unificação da Alemanha, na segunda metade do século XIX, com a formação do Segundo Reich; o Mapa 2 mostra a Europa no final dos anos 1970, com a queda do Muro de Berlim e as repercussões do fim do avanço soviético.

Comentários

A banca nos apresenta, nesta questão, dois mapas da Europa e deseja saber em quais momentos da História eles se encontram. Vale lembrar que este tipo de questão é clássico em História, uma vez que as transformações geográficas sofreram inúmeras mudanças ao longo dos anos, sobretudo em virtude de expansões militares e conquistas territoriais.

Nos mapas em destaque, após uma observação atenta e, evidentemente, um conhecimento sobre a configuração do continente europeu entre os séculos XIX e XX, podemos chegar à conclusão de que eles representam dois momentos distintos: o **mapa 1** apresenta a configuração do espaço europeu no início do século XX, **antes mesmo de começar a Primeira Guerra Mundial** (que durou entre 1914 e 1918). O **mapa 2**, por sua vez, representa o mesmo continente, contudo, **após o término da Primeira Guerra Mundial** e com o surgimento de novos países e a desintegração de alguns impérios, a saber, o Russo, o Alemão, o Otomano e o Austro-Húngaro.

Vale lembrar que o surgimento de novos países (Alemanha, Luxemburgo, Polônia, Tchecoslováquia, Turquia e tantos outros que passaram a existir) ocorreu a partir da assinatura de Tratados de Paz ao final da guerra, cujo intuito era reduzir as tensões entre as grandes potências do período e, de modo simultâneo, punir os países culpabilizados pela guerra (neste caso, a Alemanha).

A derrota da Alemanha na guerra foi consolidada pelo **Tratado de Versalhes**, assinado em junho de 1919. Com este Tratado, o Império Alemão perdeu todos os seus territórios ultramar, além de parte das suas terras para a França, Bélgica e a Polônia. Além da perda de territórios, a Alemanha também foi obrigada a pagar indenizações aos países vencedores, o que criou um forte sentimento de humilhação no país e proporcionou a ascensão de uma nova onda nacionalista: o **Nazismo**, responsável pela eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sob a liderança de Adolf Hitler.

Contudo, não foram apenas os países derrotados que sofreram alterações em seu território. Podemos observar, também, que o Império Russo passou por inúmeras transformações, sobretudo em virtude de um movimento ocorrido durante a Primeira Guerra e que ficou conhecido como a **Revolução Russa**, ocorrida em 1917.

A Revolução Russa derrubou o Czar Nicolau II (no poder desde 1894) e estabeleceu uma república. Posteriormente, o Partido Bolchevique assumiu o poder e estabeleceu uma forma de governo socialista. Dentre as suas prioridades estava a retirada da Rússia da Primeira Guerra a assinatura de um acordo, conhecido como **Tratado de Brest-Litovsk**, em 1918. A partir dele, a Rússia abria mão de



Socialistas Soviéticas - URSS).

Com relação às alternativas, a letra [A] está incorreta por falar sobre a expansão napoleônica para a Rússia, algo que sabemos que não ocorreu com êxito, também em decorrência do inverno russo que castigou os franceses. A letra [C] não é a correta por falar sobre conflitos ocorridos no século XVIII, cujo mapa teria outra configuração (por exemplo, o Império Alemão ainda não estava unificado no século XVIII). A letra [D] está incorreta pelos mesmos motivos de configuração espacial (Unificação Alemã ocorreu somente em 1871). Por fim, a letra [E] está incorreta por falar sobre a Queda do Muro de Berlim ao final da década de 1970, sendo que o mesmo evento ocorreu somente em 1989. A alternativa correta, portanto, é a letra [B].

Gabarito: B

3. (FGV - Adaptada)

O Estado era tanto o sujeito como o objeto da política econômica mercantilista. O mercantilismo refletia a concepção a respeito das relações entre o Estado e a nação que imperava na época (séculos XVI e XVII). Era o Estado, não a nação, o que lhe interessava.

(Eli F. Heckscher, *La época mercantilista*, 1943, p. 459-461 *Apud* Adhemar Marques e et alii (seleção), *História moderna através de textos*, 1989, p. 85. Adaptado)

Segundo o autor,

- A) as relações profundas entre o Estado absolutista e o nacionalismo levaram à intolerância e a tudo o que impedia o bem-estar dos súditos, unidos por regulamentações e normas rígidas.
- B) as práticas econômicas intervencionistas do Estado absolutista tinham o objetivo específico de enriquecer a nação, em especial, os comerciantes, que impulsionavam o comércio externo, base da acumulação da época.
- C) o mercantilismo foi um sistema de poder, pois o Estado absolutista implantou práticas econômicas intervencionistas, cujo objetivo maior foi o fortalecimento do poder político do próprio Estado.
- D) o Estado absolutista privilegiou sua aliada política, a nobreza, ao adotar medidas não intervencionistas, para preservar a concentração fundiária, já que a terra era a medida de riqueza da época.
- E) a nação, compreendida como todos os súditos do Estado absolutista, era o alvo maior de todas as medidas econômicas, isto é, o intervencionismo está intimamente ligado ao nacionalismo.

Comentários



entre os países da Europa. Essa política econômica deveria fortalecer a participação do Estado através de uma forte intervenção nas questões econômicas.

Como principais características dessa política, podemos destacar, dentre outras: a busca por uma **balança comercial favorável** (ou seja, os países deveriam exportar mais do que importar); a **intervenção do Estado**, a fim de garantir os monopólios comerciais; o **protecionismo** (proteção ao mercado interno); a defesa do **pacto colonial** (negociações exclusivas das colônias com as metrópoles) e, por fim, a acumulação de metais preciosos, prática conhecida como **metalismo** e que garantiria a riqueza das nações.

Tal prática teve início ao final da Idade Média e início da Idade Moderna, com o surgimento dos chamados **Estados Nacionais Modernos** na Europa, resultado das alianças ocorridas entre o rei e a burguesia. Tais Estados Modernos precisavam obter recursos para a formação e o equipamento de seus exércitos e marinhas, além da manutenção de seu aparato estatal. Diante disso, o rei, detentor de seus **poderes absolutos**, criou essa política econômica que ficou conhecida pelo nome de **Mercantilismo**.

Com relação a tais poderes absolutos (**Absolutismo**), podemos defini-los enquanto um sistema político e administrativo que existiu em alguns países da Europa, durante o período do Antigo Regime (XV-XVIII). Com a centralização do poder nas mãos dos reis, a burguesia comercial em ascensão ajudou o seu fortalecimento, uma vez que a ela interessa um governo forte e capaz de organizar a sociedade.

Neste cenário, a burguesia foi responsável por fornecer o apoio político e financeiro necessário aos reis, os quais, por sua vez, criaram um sistema administrativo mais eficiente, através da unificação de seus impostos e moedas e da melhoria na segurança dentro dos reinos. É durante o absolutismo que o rei passou a concentrar grande parte dos poderes para si, criando as leis sem, necessariamente, a aprovação política da sociedade.

O rei criava taxas, impostos e outras obrigações de acordo com os seus próprios interesses. Também interferia nos assuntos religiosos e poderia controlar o clero em certas regiões. Os luxos e gastos da corte eram mantidos graças ao pagamento dos impostos, sobretudo feito pela população mais pobre, que tinha pouco ou quase nenhum poder político para exigir algo em troca.

Neste cenário, podemos observar que a alternativa que se encaixa com o excerto apresentado pela banca é a letra [C], ao apresentar características do mercantilismo desenvolvido em razão do fortalecimento do Estado Absolutista na Europa.

Gabarito: C

4. (FGV - Adaptada)

O *New Deal* caracterizou-se por um conjunto de medidas econômicas que visavam

- A) superar a crise econômica da década de 1920 com medidas liberais que dessem maior autonomia à dinâmica dos mercados internacionais.
- B) estabelecer acordos entre patrões e operários com o objetivo de redistribuir rendas e permitir experiências de cogestão administrativa.



D) reformar a economia soviética planificada duramente afetada pela crise econômica registrada a partir de 1929.

E) diminuir o consumo e estimular a recessão econômica como forma de diminuir os altos índices de inflação registrados na década de 1920.

Comentários

A banca foi bem direta com relação ao assunto abordado na questão: procurou saber quais os objetivos do *New Deal* (“Novo Acordo”), um conjunto de medidas adotadas nos EUA para a recuperação da economia, em decorrência da **Crise de 1929**, também chamada de *Crash* (ou “Quebra”) da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Para conter a crise econômica que assolava o mundo, passou-se a investir na ampliação da intervenção do Estado nas questões econômicas. Nos EUA, essas medidas foram implantadas durante a presidência do democrata **Franklin Delano Roosevelt** (entre 1933 e 1945).

O **New Deal** teve, como características teóricas, as reflexões de **John Maynard Keynes**, economista britânico que apontava para a necessária mediação do Estado na economia, a fim de proporcionar melhores condições para a população. Para tentar reduzir a crise econômica e social pela qual os EUA passavam, Roosevelt teve a elaboração do seu plano através de economistas de inspiração *keynesiana*, sendo que o principal objetivo era, dentre outros, reduzir o desemprego da população por meio de investimentos estatais e privados. Suas principais características: desvalorização do dólar (o que tornaria as exportações mais competitivas); estímulo à produção de origem agrícola; criação de um sistema de seguridade social (seguro desemprego e Lei de Seguridade de 1935) e concessão de empréstimos aos bancos para evitar falências do sistema financeiro).

Com tais medidas, sobretudo a contratação dos trabalhadores, o consumo da população foi novamente estimulado, funcionando quase que em cadeia: aquecimento da produção industrial e agrícola, consequentemente, maior produção e venda, maiores ganhos e reaquecimento da economia. Tal prática adotada colocava o capitalismo enquanto um modo de produção integrado, sendo que o aumento do consumo por parte dos trabalhadores geraria o desenvolvimento dos demais setores da economia. Tais medidas obtiveram sucesso, regenerando o capitalismo estadunidense.

Além disso, a partir dessa regeneração econômica os Estados Unidos garantiram uma distribuição de renda menos desigual, possibilitando a estrutura essencial para melhorar as condições de vida de grande parte da população, sobretudo através de investimentos nas áreas de educação, saúde e transporte. Com este plano, Roosevelt atribuía ao Estado responsabilidades entendidas como individuais, em **oposição** às medidas de caráter liberal até então observadas.

Em relação às alternativas, a letra [A] está incorreta uma vez que não foram adotadas medidas liberais, ao contrário, procurou-se adotar a maior intervenção do Estado em setores fundamentais da sociedade. A letra [B] está incorreta porque, além de estar totalmente fora da realidade dos EUA, não houve redistribuição de renda através de acordos entre patrões e operários. A letra [D] está equivocada por apresentar o plano como uma forma de reestruturar a economia soviética, sendo que ela procurava reestruturar a economia dos EUA. Finalmente, a letra [E] não é a correta por apresentar a redução do consumo como solução para a crise financeira, quando foi o oposto: o **New**



Gabarito: C

5. (FGV - Adaptada)

“Consideramos (...) que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Que para garantir esses direitos são instituídos entre os homens governos que derivam os seus justos poderes do consentimento dos governados; que toda vez que uma forma qualquer de governo ameace destruir esses fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir um novo governo, assentando a sua fundação sobre tais princípios e organizando-lhe os poderes da forma que pareça mais provável de proporcionar segurança e felicidade.”

A Declaração de Independência dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 53.

Sobre a Declaração de Independência dos Estados Unidos, é correto afirmar que:

- A) Defendia o princípio da igualdade de direitos dos seres humanos, mas condenava o direito à rebelião como uma afronta à ordem social.
- B) O radicalismo da sua formulação, com respeito ao direito de rebelião dos escravos, provocou forte reação dos proprietários de escravos em toda a América.
- C) Sua formulação foi baseada no ideário liberal-iluminista e acabou influenciando outros movimentos políticos na América e na Europa.
- D) Influenciada pelos tratadistas espanhóis, a declaração defendia a origem do poder divino e condenava a desobediência dos subordinados.
- E) A declaração sustentava que os governos poderiam cercear a liberdade dos indivíduos em nome da segurança e da felicidade coletivas.

Comentários

Os movimentos em busca da independência na América tiveram início a partir da década de 1770, quando as Treze Colônias Inglesas, localizadas na porção norte do continente americano, começaram a reivindicar a sua emancipação política em relação à Inglaterra, uma das metrópoles responsáveis pela colonização da região. Ainda que o termo “Revolução Americana” pareça muito abrangente, aqui ele diz respeito aos movimentos emancipacionistas que deram origem a Estados independentes, cuja independência foi oficialmente declarada no dia 04 de julho de 1776.

Para a redação da Declaração de Independência foram designados cinco membros: Thomas Jefferson (Virgínia), Benjamin Franklin (Pensilvânia), Robert Livingston (Nova York), John Adams (Massachusetts) e Roger Sherman (Connecticut). Cada um dos redatores teve papel fundamental para a sua elaboração, sendo que o nome de Jefferson se tornou extremamente forte, uma vez que foi o responsável por escrever o primeiro texto da Declaração, o qual passou por algumas modificações sugeridas pelos demais integrantes, e também o texto definitivo, aprovado em 04 de julho de 1776.

Thomas Jefferson possuía referenciais teóricos de John Locke, o que conferiu ao texto alguns ideais do **liberalismo** político, como a defesa de um governo limitado, o direito à liberdade e à propriedade privada e direitos naturais à vida humana. John Locke foi um dos filósofos mais importantes e



Além do liberalismo, outra corrente de pensamento que influenciou decisivamente a Declaração foi o **Iluminismo**, uma das origens de boa parte dos ideais da Revolução Americana. Podemos caracterizá-lo enquanto um movimento que buscava, dentre outros aspectos, a **liberdade de expressão e de imprensa, igualdade** e a tolerância religiosa.

Os colonos americanos, contudo, não gozavam de tais direitos, o que os colocava em uma posição inferior à sua metrópole, a Inglaterra. Como resultado, os americanos se rebelaram contra a Inglaterra em busca de maior autonomia e, conseqüentemente, de sua independência. Na Declaração de Independência, Jefferson escreveu a respeito dos direitos naturais dos cidadãos americanos, como o direito “à vida, à liberdade e à busca da felicidade”, resultado do pensamento iluminista do período e que influenciou diretamente a Revolução de 1776.

A partir disso, a Revolução Americana influenciou outros movimentos favoráveis à independência na América (por exemplo, no Brasil, a **Inconfidência Mineira** de 1789) e, também, a Revolução Francesa de 1789, que contribuiu para a adoção de um novo pensamento político-social nestas regiões.

Diante do que foi acima exposto, chegamos à conclusão de que a alternativa correta é a letra [C], dado que a Declaração de Independência de 1776 possui um caráter liberal-iluminista.

Gabarito: C

6. (FGV - Adaptada)

Uma das conferências que selaram o fim da II Guerra Mundial (1939-1945), a Conferência de São Francisco, originou a Carta de São Francisco (26 de junho de 1945), que estabeleceu a Organização das Nações Unidas (ONU). Seu artigo 23 estabelece os Estados Unidos da América, a União Soviética (URSS), a França, a Grã-Bretanha e a China como membros permanentes do Conselho de Segurança, órgão responsável pela “manutenção da paz e segurança internacionais”, podendo declarar ou vetar guerras em nome de todos os membros. A escolha desses países deve-se:

- A) Ao reconhecimento jurídico da contribuição da China, aliada ao Japão do imperador Hiroito, para a derrota da Alemanha nazista.
- B) À preocupação de repartir o poder numa nova ordem internacional, para que não houvesse qualquer nova potência hegemônica.
- C) À recusa de Alemanha, Japão e Itália ao convite para integrar o Conselho de Segurança devido ao ressentimento popular com respeito aos países aliados.
- D) À preocupação de proteger os países em desenvolvimento de agressões imperialistas e dificultar o surgimento de regimes totalitários.
- E) À nova correlação internacional de forças que, em 1945, já prenunciava a polarização entre estadunidenses e soviéticos, além de conceder poder decisório aos países que haviam enfrentado as potências do Eixo.

Comentários

A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco, no dia 26 de junho de 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional, entrando em vigor em 24 de



Em um trecho da Carta, presente em seu preâmbulo, podemos observar o compromisso estabelecido entre as nações: *“Nós, os povos das Nações Unidas, resolvemos preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. [...] Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos.”*

Foi através da criação do Conselho de Segurança da ONU, composto por 15 países membros, sendo 5 deles permanentes (Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e a República Popular da China) e cada um destes membros com direito de veto, juntamente com outros 10 membros rotativos e com mandatos de 2 anos, que percebemos a relevância das potências vencedoras da Segunda Guerra, responsáveis pela coalizão que derrotou a Alemanha e os demais países do Eixo (Japão e Itália).

Neste sentido, podemos entender que os cinco países que tomaram a dianteira do Conselho de Segurança da ONU eram fundamentais para a prevalência da força entre as nações e evitar os conflitos bélicos, sendo que duas potências tomariam o cenário mundial: os **Estados Unidos** e a **União Soviética**, principalmente com o início da Guerra Fria após a Segunda Guerra Mundial.

Vale lembrar, também, que foi devido a não-adesão de alguns destes países à Liga das Nações (criada em 1919), como os EUA, um dos motivos que comprometeram a eficiência desse órgão em evitar conflitos de grandes dimensões.

Gabarito: E

7. (FGV - Adaptada)

Terra do sonho é distante/e seu nome é Brasil/ plantarei a minha vida/ debaixo de céu anil/
Minha Itália, Alemanha/ Minha Espanha, Portugal/talvez nunca mais eu veja/ minha terra natal.

Milton Nascimento. Sonho imigrante.

Acerca do processo de imigração para o Brasil, registrado no século XIX, é correto afirmar:

- A) O Brasil tornou-se o destino preferencial dos imigrantes europeus graças à possibilidade de se constituírem pequenos proprietários rurais devido à promulgação da Lei de Terras em 1850.
- B) Desde a proclamação da independência do Brasil, a imigração europeia foi estimulada pelo governo central como uma maneira de atender às pressões inglesas pelo fim da escravidão no país.
- C) O fluxo imigratório só deslançou no Brasil após as alterações nas leis trabalhistas que garantiram condições de trabalho análogas às aquelas oferecidas no continente europeu.



cafeeira.

E) A modernização das atividades agrícolas brasileiras iniciou-se a partir do declínio da produção canavieira e com o desenvolvimento do complexo cafeeiro na região do Recôncavo Baiano e do Sul da Bahia.

Comentários

No que diz respeito à imigração para o Brasil, a banca se volta para aquela ocorrida ao longo do século XIX, sobretudo na sua segunda metade em diante, a qual foi ocasionada, sobretudo, pela proibição do tráfico negreiro para o Brasil, em 1850. Neste cenário, a Inglaterra teve um papel essencial para o aumento do fluxo migratório de europeus ao Brasil, uma vez que os ingleses exerciam uma enorme pressão para que o Brasil deixasse de receber escravizados vindos da África e proibisse este tipo de trabalho compulsório.

A Lei 581, de 4 de setembro de 1850, também conhecida como **Lei Eusébio de Queirós**, foi a responsável por estabelecer uma série de medidas para a proibição do tráfico de africanos ao Império Brasileiro. Antes mesmo de ela ser aprovada, contudo, já haviam ocorrido mobilizações para acabar com o tráfico: em 7 de novembro de 1831 (regulamentada pelo decreto de 12 de abril de 1832), foi promulgada no Brasil a lei que deu amplos poderes às autoridades judiciais para reprimirem a entrada de africanos e declarou **livre** todos os escravos que entrassem no território brasileiro.

A situação do tráfico, porém, não foi encerrada, pelo contrário, ele acabou aumentando em decorrência da baixa no preço dos negros e pela demanda das grandes **lavouras cafeeiras**. Associado a isso, as autoridades brasileiras não se esforçaram para repreender a prática da vinda de escravos de forma ilegal, dado o seu interesse econômico e à mão de obra mais barata. Com isso, a lei de 1831 ficou popularmente conhecida como “**lei para inglês ver**”, porque, a despeito de ter sido aprovada, não havia a proibição efetiva do tráfico negreiro.

Foi mais efetivamente a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, que o investimento no tráfico deixou de ser a prioridade no Brasil, e o capital que era investido em tal comércio passou a ser direcionado para outros setores responsáveis pela **modernização** do país. Ao longo da década de 1870, por exemplo, teve início o processo de **imigração de europeus** para o Brasil, sendo que grande parte deles era proveniente da Itália, Espanha, Portugal e Alemanha. Tal mão de obra foi fundamental para o desenvolvimento do mercado interno brasileiro, sobretudo aquele proveniente da economia cafeeira no Sudeste do país (principalmente para São Paulo).

Após a proibição do tráfico de negros para o Brasil e com a expansão da produção de café no século XIX, o governo brasileiro estimulou significativamente a imigração. O trabalho no Brasil passou de **escravo** (com os negros até o século XIX) para **livre remunerado** (a despeito do valor ser muito baixo e dos imigrantes ficarem, quase sempre, em dívida com os seus patrões) e de caráter mais modernizador. A partir do século XX, a imigração de japoneses ganhou intensidade, cuja mão de obra também foi alocada nas grandes lavouras de café do estado de São Paulo, mas isso não é o que a questão procura identificar, pautando-se apenas na segunda metade do século XIX. Assim sendo, a alternativa correta é a letra [D].



8. (FGV - Adaptada)

A imagem retrata um episódio de 1943, na cidade de Natal: a presença do presidente do Brasil, Getúlio Vargas, e do presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt.



(Raymond Neilson, *Segunda visita de Roosevelt ao Brasil*,
Em: Antonio Pedro Tota. *O imperialismo sedutor*, 2000)

Tal episódio faz parte de um contexto mais amplo, representado pela Política de Boa Vizinhança, que se constituiu em uma

- A) forte mobilização dos governos dos Estados Unidos e do Brasil no sentido de uma inédita colaboração econômica, materializada na oferta estadunidense de tecnologia para a recente indústria automobilística brasileira e a remessa de aço para as indústrias dos Estados Unidos.
- B) ação conjunta do governo e de grandes empresários norte-americanos para auferir grandes lucros no Brasil e na América Latina por meio de investimentos diretos em equipamentos urbanos, especialmente o transporte público e a produção e distribuição de energia.
- C) nova postura diplomática e comercial dos Estados Unidos para a América Latina, especialmente para a Argentina, o Brasil e o México, que articulavam um bloco político-econômico com o intuito de estabelecer relações mais efetivas com a Inglaterra e a França.
- D) reordenação radical da política externa brasileira, que passou a ser pautada pelo pragmatismo econômico, no qual o governo Vargas procurava as melhores condições para garantir o desenvolvimento da indústria de base, alternando aproximações entre os Estados Unidos e a Inglaterra.
- E) prática diplomática estadunidense para a América Latina, que abandonou o intervencionismo, optando pela negociação diplomática e o auxílio econômico e militar, como o empréstimo para a construção de uma siderúrgica no Brasil, a fim de limitar a influência europeia na região.

Comentários

A questão trata da chamada **Política da Boa Vizinhança**, desenvolvida pelos EUA sob a presidência de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), quando o mesmo realizou uma visita ao Brasil de Getúlio



sobressaiu em termos de política brasileira.

Getúlio Vargas negociou empréstimos com os EUA a fim de garantir a modernização do parque industrial brasileiro e a construção de uma siderúrgica no Brasil. Em troca, garantiu a entrada de produtos estadunidenses e do fornecimento de matéria prima. Com relação à política externa, o Brasil, inicialmente, declarou-se neutro diante do contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) mas, posteriormente, participou do conflito apoiando os países aliados (Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética).

Em relação à **Política da Boa Vizinhança**, ela foi implementada, como dito anteriormente, durante o governo Roosevelt nos Estados Unidos e representava uma estratégia de relacionamento mais amigável e menos violento com a América Latina. Dentre as suas principais características é possível destacar o **abandono da prática intervencionista** na América Latina (sobretudo aquela que ficou conhecida como o **Big Stick**, o “Grande Porrete”), a qual existia nas relações dos Estados Unidos desde o final do século XIX. A partir de então, adotou-se uma forma de **negociação diplomática** e de **colaboração econômica e militar**, as quais possuíam o objetivo centrar de **restringir a influência europeia** na região. O resultado esperado era a manutenção da estabilidade política no continente e a garantia da liderança dos Estados Unidos no hemisfério ocidental.

Com relação às questões econômicas, a política da Boa Vizinhança também buscava a recuperação dos Estados Unidos diante dos efeitos causados pela crise de 1929, que afetou abruptamente a economia estadunidense. O discurso utilizado, neste sentido, destacava a solidariedade e a cooperação entre os países americanos, o que iria favorecer o estabelecimento dos EUA enquanto país influente na região.

Em meio a tal cenário, a instituição dessa nova estratégia com a América Latina significou uma grande vitória por parte do governo estadunidense, o qual defendia o livre-cambismo (ou seja, relações entre os países sem restrições feitas por parte do Estado). Superadas as dificuldades provenientes da grande depressão de 1929, os EUA passaram a alçar novos planos e adotaram uma política que, a partir de então, seria utilizada para a reconstrução da economia europeia e, conseqüentemente, para a redução do poder soviético, uma vez que estes seriam os países mais importantes no contexto de Guerra Fria (após 1945). A alternativa correta, portanto, é a letra [E].

Gabarito: E

9. (FGV - Adaptada)

Leia o discurso proferido por Tancredo Neves, no plenário da Câmara dos Deputados, em 15 de janeiro de 1985.

Brasileiros, neste momento, alto na História, orgulhamo-nos de pertencer a um povo que não se abate, que sabe afastar o medo e não aceita acolher o ódio. A Nação inteira comunga deste ato de esperança. Reencontramos, depois de ilusões perdidas e pesados sacrifícios, o bom e velho caminho democrático. Não há Pátria onde falta democracia. (...)

O entendimento nacional não exclui o confronto das ideias, a defesa de doutrinas políticas divergentes, a pluralidade de opiniões. Não pretendemos entendimento que signifique capitulação, nem um morno encontro dos antagonistas políticos em região de imobilismo e apatia. O entendimento se faz em torno de razões maiores, as da preservação da integridade



recuperação dos direitos de cidadania e manifestar seu apoio a um candidato. (...)

Não vamos nos dispersar. Continuemos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão.

http://tancredoneves.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68:presidente-eleito-brasilia-15-01-1985&catid=42:discursos&Itemid=125. Acesso em 18 de fevereiro de 2018.

Assinale a alternativa correta:

A) Tancredo Neves foi o principal líder da oposição política à Ditadura Militar no Brasil e sua eleição indireta em 1985 representou uma ruptura sem conciliações com os setores que apoiaram os militares, a partir de 1964.

B) Com perfil moderado, Tancredo Neves, que havia sido primeiro-ministro durante o governo de João Goulart, entre setembro de 1961 e junho de 1962, articulou a composição política que instaurou a chamada Nova República em 1985.

C) A eleição direta de Tancredo Neves em 1985 significou o fim da Ditadura Militar no Brasil e garantiu o pleno estabelecimento do regime democrático com a instauração do pluripartidarismo.

D) Como governador de Minas Gerais, Tancredo Neves liderou o processo de anistia aos presos políticos e exilados durante a Ditadura Militar no Brasil e promoveu a campanha pelas eleições diretas em 1985.

E) Vinculado aos sindicatos de trabalhadores, à esquerda democrática e ao trabalhismo, Tancredo Neves foi o principal herdeiro político de Getúlio Vargas e de João Goulart, em cujos governos exerceu o cargo de ministro da Justiça.

Comentários

O excerto trazido pela banca nos apresenta um trecho do discurso de Tancredo Neves, o primeiro presidente civil após o regime militar, eleito de forma **indireta** através de um Colégio Eleitoral (um órgão eleitoral formado por um conjunto de eleitores que possuíam o poder de um corpo deliberativo para eleger determinada pessoa a um posto político específico).

Com relação à trajetória de Tancredo Neves, é importante lembrar que, após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, ocorreu um dilema quanto à sua sucessão. A presidência deveria ser passada ao seu vice-presidente, João Goulart, mas o mesmo se encontrava em viagem diplomática na China. Diante disso, Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a presidência de forma provisória.

João Goulart, por sua vez, não despertava o desejo de grande parte dos políticos e do setor militar, uma vez que ele possuía uma longa trajetória dentro do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). A partir de então, dois grupos se formaram: um contrário à posse de Jango, acusando-o de ser comunista, liderado por militares, udenistas e grandes empresários; outro, liderado por sindicalistas e trabalhadores, profissionais liberais e pequenos empresários, que era favorável à sua posse.



com um primeiro-ministro indicado pelo Legislativo. Na prática, João Goulart assumiria a presidência, mas seus poderes decisórios seriam limitados pelo Congresso Nacional. Jango aceitou as condições e tomou posse no dia 07 de setembro de 1961, sendo que Tancredo Neves foi o primeiro-ministro deste período.

Nos anos finais da Ditadura, a partir da década de 1980, pressões para a retomada das eleições diretas aconteceram por parte da oposição política. Em 1983 foi apresentado um projeto de Emenda Constitucional pelo deputado Dante de Oliveira, em defesa das eleições diretas. Contudo, o projeto não foi aprovado e as eleições diretas foram postergadas, tendo ocorrido somente no ano de 1989.

Mesmo em oposição à vontade da população brasileira, teve seguimento o processo das eleições **indiretas**, concorrendo à presidência Paulo Maluf (PDS, partido representante do governo), e **Tancredo Neves** (membro pertencente ao PMDB e com o apoio de uma aliança de ex-membros do PDS, na chamada Frente Liberal, representando uma **oposição moderada e controlada** aos militares). Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito o primeiro presidente civil do pós-ditadura. Contudo, devido à grave enfermidade, não chegou a tomar posse no cargo, tendo sido internado e passado por sucessivas cirurgias. Faleceu em 21 de abril de 1985 e seu vice, José Sarney, assumiu o mandato. Apesar da morte de Tancredo, sua vitória deu início àquela que ficou conhecida como a **Nova República Brasileira**.

Com relação às alternativas, a letra [A] está incorreta por falar em “ruptura sem conciliações”, algo que sabemos ser uma inverdade, visto que houve uma ruptura gradual com a ditadura. Além disso, Tancredo não foi político de oposição durante a ditadura. A letra [C] está incorreta por falar em eleições diretas em 1985, algo que não ocorreu (foram indiretas). A alternativa [D] também não é a correta, retomando a questão das eleições de 1985: foram indiretas, e não diretas. A letra [E], por fim, está incorreta dado que Tancredo Neves não estava vinculado ao trabalhismo brasileiro. A alternativa [B], portanto, é a correta.

Gabarito: B

10. (FGV - Adaptada)

[Em novembro de 1937], (...) ao falar em organizar a juventude com a finalidade “de promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a Nação, [o ministro da Justiça Francisco] Campos estava pensando em instituições voltadas para a mobilização e a militarização dos jovens. (...)

Consciente de que não poderia contar com o apoio de Gustavo Capanema para a efetivação de seu projeto de mobilização política da juventude através do sistema de ensino e tendo fracassado na sua tentativa de afastá-lo do Ministério da Educação e Saúde, Campos planejava reunir os jovens em um sistema e criar para isto uma grande organização nacional, sob a dependência direta do Ministério da Justiça, isto é, dele mesmo.

José Silvério Baía Horta. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*, 1994.



Getúlio Vargas deu ao projeto da juventude brasileira, com recursos financeiros, apoio político e aval da Câmara dos Deputados, e foi implantado durante a Segunda Guerra, encaminhando o Brasil em direção aos interesses dos Estados Unidos e dos Aliados.

B) a efetivação da Juventude Brasileira, que tinha como patrono Duque de Caxias, funcionando apenas no Rio de Janeiro e em algumas outras capitais brasileiras, desencadeou um sério conflito entre vários líderes do Estado Novo, o que enfraqueceu o regime autoritário, que perdia as suas bases de sustentação por conta da forte oposição liberal nascida nos estados nordestinos.

C) o ministro Francisco Campos, um notável articulador político, soube convencer o ministro Capanema das vantagens em organizar militarmente os estudantes brasileiros, assim o projeto inicial foi ampliado e, durante boa parte do Estado Novo, os jovens brasileiros receberam instruções sobre o uso de armas, civismo e condicionamento físico.

D) o ministro da Justiça do Estado Novo, apesar da sua função relevante de autor da Constituição de 1937, ocupava poucos espaços políticos na ordem derivada do golpe de Estado, e a proposta de uma organização militar para a juventude dificilmente contaria com o apoio do presidente Vargas, avesso às práticas físicas e esportivas, que desviavam a população do trabalho.

E) o ministro Francisco Campos, um dos mais importantes ideólogos do autoritarismo, defendia uma organização da juventude brasileira em formato parecido com as experiências das nações nazifascistas, e, ao mesmo tempo, a oposição do ministro Capanema a esse projeto mostra o governo ditatorial de Vargas marcado por divergências políticas entre os seus ministros.

Comentários

A questão trazida pela banca possui um nível elevado de dificuldade, a despeito de o assunto cobrado ser muito recorrente em provas e concursos que tragam questões sobre História: **Estado Novo**. Antes de partirmos diretamente para a resolução da questão, vale trazer algumas características sobre o primeiro período em que Vargas esteve à frente da presidência do Brasil, conhecido como **Era Vargas** (1930-1945).

Vargas presidiu o país em três momentos distintos da Era Vargas: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e, por fim, aquele que nos interessa mais especificamente, o **Estado Novo** (1937-1945), de caráter ditatorial. De acordo com a Constituição de 1934, o mandato de Vargas terminaria em 1938. No final de setembro de 1937, o serviço secreto do Exército noticiou a descoberta de um suposto plano de conquista do poder, organizado pelos comunistas, que ficou conhecido como **Plano Cohen**. Este plano foi uma farsa elaborada pelo próprio governo, com o apoio dos integralistas, para se manterem no governo.

Em nome do combate ao “perigo comunista”, decretou-se estado de guerra e a polícia prendeu grande parte dos adversários do governo. Em 10 de novembro de 1937, Vargas ordenou o cerco ao Congresso Nacional, impôs o fechamento do Legislativo e outorgou (impôs) uma nova Constituição (conhecida como a **Constituição Polaca**, em alusão à Constituição Polonesa de caráter fascista), dando início ao período ditatorial conhecido do **Estado Novo**.



Aranha, então ministro das Relações Exteriores, e Filinto Müller, chefe da Polícia do Distrito Federal, cujas posições em relação ao contexto externo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) eram opostas dentro do governo. Com relação a Francisco Campos, citado no excerto, ele era ministro da Justiça de Vargas e admirador dos regimes totalitários. Defendia a aproximação entre o Brasil e a Alemanha nazista; Gustavo Capanema, ministro da Educação, possuía formação liberal e era contrário aos ideais totalitários.

Tal contexto mostrava que não havia uma unidade de pensamento político dentro do regime ditatorial do Estado Novo, sendo o mesmo marcado por divergências políticas e ideológicas entre os seus ministros. Assim sendo, a alternativa correta é a letra [E].

Gabarito: E

11. (FGV - Adaptada)

O excerto a seguir faz parte do parecer de uma comissão da Câmara dos Deputados sobre a lei de 1871, que discutia a escravidão no Brasil.

“Sem educação nem instrução, embebe-se nos vícios mais próprios do homem não civilizado. Convivendo com gente de raça superior, inocula nela os seus maus hábitos. Sem jus ao produto do trabalho, busca no roubo os meios de satisfação dos apetites. Sem laços de família, procede como inimigo ou estranho à sociedade, que o repele. Vaga Vênus arroja aos maiores excessos aquele ardente sangue líbico; e o concubinato em larga escala é tolerado, quando não animado, facultando-se assim aos jovens de ambos os sexos, para espetáculo doméstico, o mais torpe dos exemplos. Finalmente, com as degradantes cenas da servidão, não pode a mais ilustrada das sociedades deixar de corromper-se.”

(*apud* Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*. 2003)

No trecho, há um argumento

- A) político, que reconhece a importância da emancipação dos escravos, ainda que de forma paulatina, para a construção de novos elementos de cidadania social, condição mínima para o país abandonar a violência cotidiana e sistemática contra a maioria da população.
- B) social, que assinala a inconsistência da defesa do fim da escravidão no país, em razão da incapacidade dos homens escravizados de participar das estruturas hierárquicas e culturais, estabelecidas ao longo dos séculos, durante os quais prevaleceu o trabalho compulsório.
- C) econômico, que distingue os cidadãos ativos dos passivos, estes considerados um estorvo para as atividades produtivas, fossem na agricultura ou na procura de metais preciosos, por causa da desmotivação para o trabalho, elemento central para explicar a estagnação econômica do país.
- D) cultural, que se consubstancia na impossibilidade da convivência entre homens livres e homens libertos e tenderia a produzir efeitos sociais devastadores, como tensões raciais violentas e permanentes, a exemplo do que já ocorria no sul dos Estados Unidos.



síntese, que os brancos eram muito prejudicados pela ordem escravocrata.

Comentários

A banca traz uma questão em que pudemos ler o trecho de um parecer da Câmara dos Deputados acerca da lei de 1871, conhecida como a **Lei do Ventre Livre**, que declarava livres todos os filhos nascidos de mãe escrava a partir de sua promulgação, além de liberar os donos de escravos da obrigação de alimentar os filhos dos escravos. Além disso, ela também permitia que os escravos que tivessem juntado dinheiro o suficiente para comprar a sua liberdade (**alforria**), entrassem na Justiça para o devido fim.

Com relação ao trecho, a banca deseja saber qual foi o argumento utilizado para embasá-lo, uma vez que o contexto da segunda metade do século XIX foi fundamental nos debates acerca da libertação dos negros escravizados.

Através da leitura de cada uma das alternativas e de uma releitura atenta do excerto, observamos que, no documento, existe um argumento que versa sobre a **moralidade**, apontando para os malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos e que acaba por “contaminar” o restante da sociedade, inclusive os brancos, que seriam membros de uma parcela tida como mais “avançada”.

Neste parecer, o argumento moral de que a ordem escravocrata prejudicava a todos é significativamente destacado, uma vez que até a mais ilustrada das sociedades não fica imune ao atraso e à degradação representada pela escravidão.

Diante do que foi acima exposto, podemos compreender que a alternativa que melhor representa o argumento do trecho é a letra [E].

Gabarito: E

12. (FGV - Adaptada)

Na primeira metade da década de 1980, começaram a surgir as propostas iniciais de política anti-inflacionária alternativa. Esses estudos constituíram o pano de fundo para o Plano Cruzado, lançado em 1986. Em 1994, o Plano Real enfim conseguiria domar a inflação. No intervalo desses dois planos, houve uma sucessão de outros (...).

VIDAL LUNA, F. e KLEIN, H. S., *O Brasil desde 1980*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007, p. 75.

A respeito de um dos planos econômicos implementados no Brasil no período citado pelo texto acima, é correto afirmar:

- A) O Plano Collor, de 1990, caracterizou-se pelo confisco de valores monetários das contas correntes e por uma política econômica protecionista.
- B) O Plano Real, de 1994, caracterizou-se pela estabilização da moeda e pela ampliação de medidas protecionistas.
- C) O Plano Bresser, de 1987, caracterizou-se pelo rompimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e por seu caráter liberal.



E) O Plano Cruzado, de 1986, caracterizou-se pelo tabelamento de preços e pela intervenção do Estado na economia.

Comentários

A questão nos apresenta o contexto histórico em que os planos econômicos brasileiros ganharam relevância, sobretudo com o final da Ditadura Militar que vigorou entre 1964 e 1985. O intuito destes planos era estabilizar a moeda brasileira e reduzir a inflação que, à época, consumia boa parte da moeda brasileira e significava a alteração constante no preço das mercadorias, além da redução brusca no valor dos salários dos trabalhadores.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito de forma **indireta** como o primeiro presidente civil desde a ditadura militar. Contudo, devido a uma grave enfermidade, não chegou a tomar posse no cargo, tendo sido internado e passado por sucessivas cirurgias neste período. Faleceu em 21 de abril de 1985 e seu vice, José Sarney, assumiu o mandato.

Sarney governou entre 1985 e 1990 e enfrentou problemas ligados à fome, falta de moradia e péssimas condições de saúde, além de uma inflação enorme. Os economistas de seu governo, porém, acreditavam que os problemas não seriam resolvidos com políticas sociais, caso a inflação não fosse contida.

Em meio a este cenário, em 28 de fevereiro de 1986, o governo instituiu o **Plano Cruzado**, cujas medidas foram: congelamento dos preços das mercadorias, extinção do cruzeiro e criação de uma nova moeda, o **cruzado**, fim da correção monetária e congelamento dos salários, que seriam reajustados automaticamente sempre que a inflação atingisse 20% (o que ficou conhecido como **gatilho fiscal**), além de uma maior intervenção do Estado na economia.

Em 02 de novembro de 1986, foi instituído o **Plano Cruzado II**, que liberou os preços dos produtos e serviços, determinou que o reajuste dos aluguéis fosse negociado diretamente entre inquilinos e proprietários e alterou o cálculo da inflação, cuja base passou a ser os gastos com famílias com renda de até 5 salários mínimos. Este plano, por sua vez, também fracassou, uma vez que as importações aumentaram e as exportações reduziram, diminuindo, com isso, as reservas cambiais.

Em abril de 1987, Luiz Carlos Bresser assumiu o Ministério da Fazenda em substituição a Dilson Funaro. Em junho do mesmo ano foi colocado em prática o chamado **Plano Bresser**, que congelava novamente os preços e salários, mas tinha maior flexibilidade do que as medidas anteriores, já que previa a duração de 90 dias para o tabelamento dos preços. Ademais, tarifas do setor público também foram congeladas. Inicialmente, o plano obteve sucesso, visto que reduziu a inflação de 26%, em junho, para 3%, em julho. Em agosto, porém, a inflação voltou a crescer, sendo que o plano durou apenas 6 meses.

No dia 15 de janeiro de 1989, adotou-se o **Plano Verão**, cujas principais medidas foram: congelamento dos preços, serviços e tarifas por tempo indeterminado; desvalorização da taxa de câmbio, criação de uma nova moeda, o **cruzado novo**, reajustamento de tarifas públicas (telefonia, energia elétrica, gasolina), dentre outras medidas que, porém, não surtiram o efeito desejado. Ao final do mandato de Sarney, a crise econômica continuava grave.

Em 17 de dezembro de 1989, Fernando Collor de Mello (PRN), ex-governador de Alagoas, derrotou Luís Inácio Lula da Silva (PT). Seu plano de governo visava à privatização de empresas estatais, o



aquele que ficou conhecido como o **Plano Collor I**, que bloqueava contas e aplicações em bancos, confiscou cerca de 80% do dinheiro que circulava no país e extinguiu o cruzado novo, restabelecendo o **cruzeiro** como moeda oficial.

Em 31 de janeiro de 1991 foi estabelecido o **Plano Collor II**, que congelou os preços e salários, aumentou as tarifas públicas e criou a TR (taxa de referência de juros). Estabeleceu, também, a TRD (taxa referencial diária) como fator de correção da poupança. Após um controle inicial da inflação, ela voltou a crescer e o governo perdeu credibilidade.

No dia 02 de outubro de 1992, em razão do processo de *impeachment* movido contra Fernando Collor, Itamar Franco, até então o vice de Collor, assumiu a presidência interina da República, até 29 de dezembro do mesmo ano, quando, durante o julgamento no Senado, Collor entregou sua carta-renúncia. O Senado cassou seus direitos políticos por oito anos.

Com a saída de Collor, Itamar Franco assumiu de forma efetiva a presidência, ficando até 1994. Nomeou como seu ministro das Relações Exteriores e, meses depois, da Fazenda, o então senador Fernando Henrique Cardoso, responsável por elaborar o **Plano Real**, que objetivava acabar com a inflação e estabilizar a economia. Entrou em vigor em 1º de julho de 1994, com a adoção de uma nova moeda, o **real**. Inicialmente visto com desconfiança, o plano contribuiu para a redução da inflação e, conseqüentemente, para impulsionar a candidatura de FHC à presidência, nas eleições de 1994.

Com tais exposições, podemos chegar à conclusão de que a alternativa correta é a letra [E], que fala sobre o Plano Cruzado instituído por José Sarney em 1986.

Gabarito: E

PRIMEIRO PASSO: HISTÓRIA ANTIGA

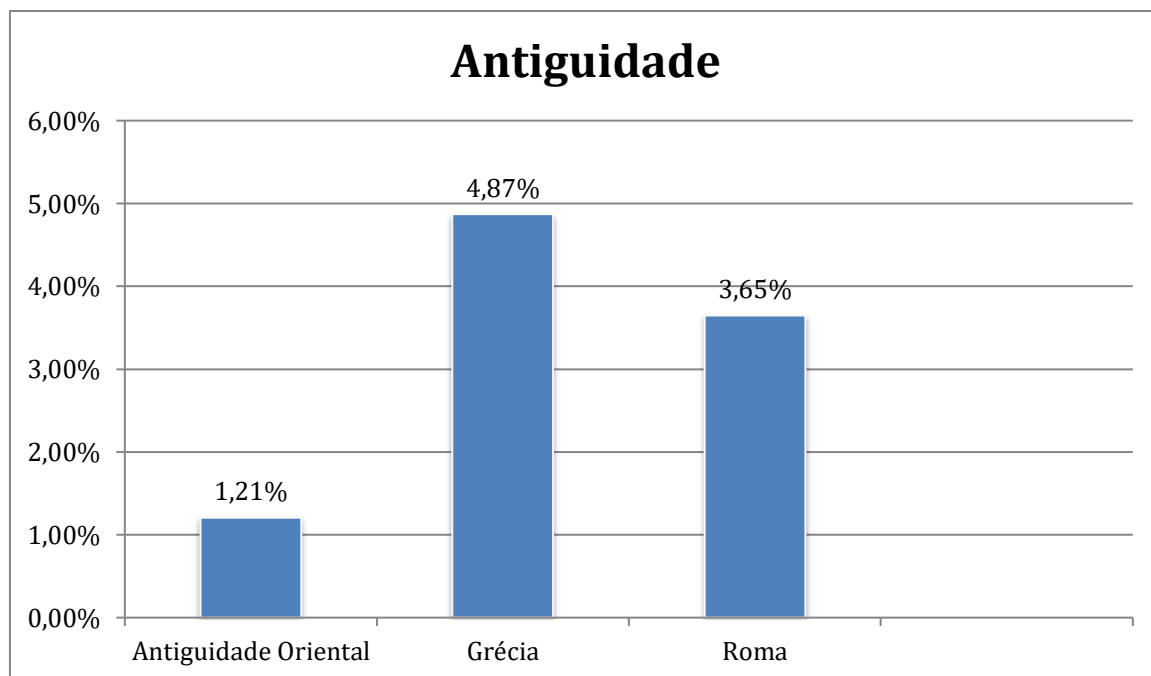
A tabela abaixo apresenta as porcentagens e a relevância dos temas, desenvolvida pelos professores do Estratégia Concursos (neste caso do professor Túlio Lage), sobre a importância de cada assunto cobrado.

% de cobrança	Importância do assunto
Até 2,9%	Baixa
De 3% a 6,9%	Média
De 7% a 9,9%	Alta
10% ou mais	Muito Alta

Tabela 2



1. Antiguidade Oriental: **1 Questão. 1,21% de incidência** e 12,5% (do período histórico);
2. Grécia: **4 questões. 4,87% de incidência**, 50% (do período histórico);
3. Roma: **3 questões. 3,65% de incidência**, 37,5% (do período histórico).



O QUE CONSTA NO EDITAL DE HISTÓRIA ANTIGA

História Antiga possui uma incidência média na prova e concentram-se em dois assuntos principais Grécia e Roma.

Não gaste muita energia estudando Egito, Mesopotâmia, Persas e Fenícios. A única questão que fugiu do padrão Grécia e Roma foi em 2015 quando as mídias e meios de comunicação noticiavam o tempo todo, as ações terroristas do Estado Islâmico, que naquele contexto estava destruindo templos, o que nos remete aos mesopotâmicos, os povos que fundaram a civilização, e perguntaram aspectos gerais bem simples. Vale a pena revisarmos os principais pontos, pois em março de 2019 foi extensamente noticiado pelos meios de comunicação, a derrota do Estado Islâmico que perdeu todas as áreas que estavam sob seu controle. Uma dica sobre relações de antiguidade com temas atuais é ficar de olho nos povos Hebreus, pois com as polêmicas em torno da transferência para Jerusalém da embaixada dos EUA, o tema vem à tona. Também assuntos relativos à fundação de Israel, a primeira grande ação internacional da ONU, que na época era presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, quando foi feita a partilha da Palestina entre os árabes e os judeus, sob o princípio de “duas nações, dois Estados” (dica sobre o tema no Passo estratégico de História contemporânea). Sobre o judaísmo a banca faria uma questão simples, como por exemplo:



grupo na antiguidade.

- A) Foram os primeiros a registrar seus princípios religiosos num livro sagrado.
- B) Só se permitiam adorar Jeová e os imperadores romanos.
- C) Acreditavam na reencarnação da alma no mesmo corpo.
- D) Foram os primeiros a se organizarem em uma religião Monoteísta.
- E) Foram os primeiros a desenvolverem um calendário para organizar o tempo religioso.

Gabarito: D

Fique atento, que Jerusalém é uma cidade sagrada para as três religiões monoteístas: Judaísmo, cristianismo e Islamismo. Lá estão importantes templos e relíquias dos três grupos. Para a ONU é uma cidade que deveria ser administrada pelas nações unidas, mas ela fica na Cisjordânia, território parcialmente ocupado por Israel, que transferiu para lá sua capital que para eles é una e indivisível.

O tema Grécia e Roma são muito amplos, mas o que já caiu foi bem simples e recortado: A democracia e cidadania em Atenas e a expansão e decadência do Império Romano. Então devemos focar principalmente nesses assuntos e somente nos preocuparmos com os aspectos gerais que podem ser cobrados, mas a tendência da banca é seguir esta linha.

ORIENTAÇÕES DE ESTUDO (CHECKLIST DE REVISÃO) E PONTOS A DESTACAR

1. ANTIGUIDADE ORIENTAL

1. Esse tema possui uma incidência baixa, no entanto fique atento para as características gerais da Mesopotâmia e Egito, que são chamadas de civilizações do crescente fértil, pois surgiram da sedentarização (fixação promovida pelo desenvolvimento da agricultura).
2. A primeira forma de escrita foi criada pelos mesopotâmicos: A escrita cuneiforme.
3. O primeiro código de leis escritas surgiu na mesopotâmia: O código de Hamurabi “olho por olho, dente por dente”.
4. Os egípcios eram politeístas e acreditavam na reencarnação no mesmo corpo. Por isso faziam o processo de mumificação. As pirâmides eram túmulos dos grandes imperadores.
5. Os deuses egípcios eram principalmente antropozoomórficos, ou seja, possuíam corpo de homem e cabeça de animais.

As civilizações do Crescente Fértil possuem várias características comuns:

6. São Estados Teocráticos: O imperador é considerado Deus.



coletiva para a construção de grandes obras.

9. Construção de grandes obras hidráulicas como pontes, canais e diques de proteção para a agricultura.
10. Surgiram às margens de grandes rios (por isso também são chamadas de sociedades do Regadio). A mesopotâmia entre os rios Tigre e Eufrates e o Egito no rio Nilo. Produziam trigo, aveia e cevada.
11. Eram politeístas (acreditavam em vários deuses).

2. GRÉCIA

1. Os gregos se organizavam nas *Pólis* (cidade-estado): unidades urbanas independentes. Uma das razões é o relevo montanhoso que tornava difícil a comunicação entre os núcleos urbanos.
2. Cada cidade-estado possuía sua própria cultura, culto a um deus principal e organização política própria.
3. Os deuses gregos eram antropomórficos: “a imagem e semelhança dos homens”.
4. Devido as dificuldades de deslocamento por terra os gregos tornaram-se grandes navegadores e realizavam um intenso comércio marítimo.
5. As duas principais cidades-estados eram Atenas (cultura e filosofia) Esparta (militarismo)
6. Nunca existiu um grande Estado grego. O que os unia era a língua e a cultura.
7. A Grécia é uma civilização escravista. Havia a escravidão por dívida e por guerra. Tinham os gregos um profundo desprezo ao trabalho.
8. A sociedade grega era estamental, ou seja, não havia mobilidade social.
9. Esparta: Cidade quartel. Homens e mulheres faziam treinamento militar. Os meninos eram retirados da família aos 7 anos e treinado até a vida adulta.
10. A guerra era constante e os prisioneiros escravizados. O exército era somente da elite proprietária de terras (eupátridas), pois eram os próprios militares que custeavam as armas.
11. Cidadania espartana: filho de pai e mãe espartano e serviu o exército.
12. Eugenia: “purificação racial”. Os nascidos com qualquer defeito congênito eram sacrificados. Conceito retomado no século XIX e adotado no nazismo.
13. Cidadania em Atenas: filho de pai e mãe ateniense, nascido na cidade e que cumpriu serviço militar.
14. **A democracia grega surgiu a partir de lutas sociais e o trabalho dos legisladores: Drácon (leis escritas), Sólon (abolição da escravidão por dívidas) e Clístenes (continuador da obra de Sólon. Ampliação e consolidação da democracia.**



16. Gregos e Romanos tinham um profundo desprezo pelo trabalho manual, que para eles aproximava o homem do animal.
17. Democracia direta (grega): Nas democracias são realizadas assembleias para que todos os cidadãos possam participar e discutir os principais problemas da Polis. Ao final eram realizadas as votações em que todos os participantes da assembleia pudessem votar. O acesso à discussão política e ao voto eram diretos para o cidadão.
18. Democracia indireta (ou representativa): O modelo de participação popular que se desenvolveu a partir das ideias iluministas e a Revolução Francesa. A partir do século XVIII com as ideias liberais (iluminismo), ressurgiu o conceito de cidadania. O cidadão tem não só deveres (como era na idade média e no absolutismo), mas também direitos, como a liberdade de expressão, organização e participação política. Contudo os cidadãos não participam diretamente das assembleias, suas discussões e votações. Ele tem direito ao voto em um representante nas assembleias do país, estado ou município. Aquele representante eleito é que votará nas assembleias em nome de quem votou nele. É assim que funciona na maioria dos países democráticos.
19. A decadência da Civilização grega está ligada às Guerras Médicas e do Peloponeso. As Médicas foram contra os persas, e Atenas tornou-se uma potência controlando os recursos da guerra através da Liga de Delos, e passou a impor seu poder às demais pólis.
20. Após as Guerras Médicas, Esparta não aceitou a dominação ateniense e entraram em guerra: A guerra do Peloponeso enfraqueceu as cidades-estados e facilitou a conquista da Grécia pela Macedônia do imperador Alexandre o Grande.
21. A Grécia é o berço da civilização ocidental. Lá surgiu o pensamento filosófico racional através da busca de um conhecimento sólido e válido através da razão, a democracia (direta) e os princípios da cidadania, o teatro e o antropocentrismo (o homem como o centro do universo).
22. No império de Alexandre o Grande surgiu o helenismo, a fusão da cultura grega (ocidental) e macedônia (oriental). Casamentos mistos eram estimulados.





3. ROMA

1. Roma em sua longa trajetória política foi inicialmente uma monarquia, uma República expansionista e por fim um Império.
2. Assim como os gregos eram politeístas, escravistas (prisioneiros de guerra), e formavam uma sociedade estamental (sem mobilidade social).
3. Principal órgão da república: Senado.
4. Principais magistrados: Questor, censor, pretor.
5. Expansão: conquista de terras e escravos. Teve início com as Guerras Púnicas (contra Cartago), conquistaram a península itálica e expandiram ao redor do mar Mediterrâneo (Mare Nostrum).

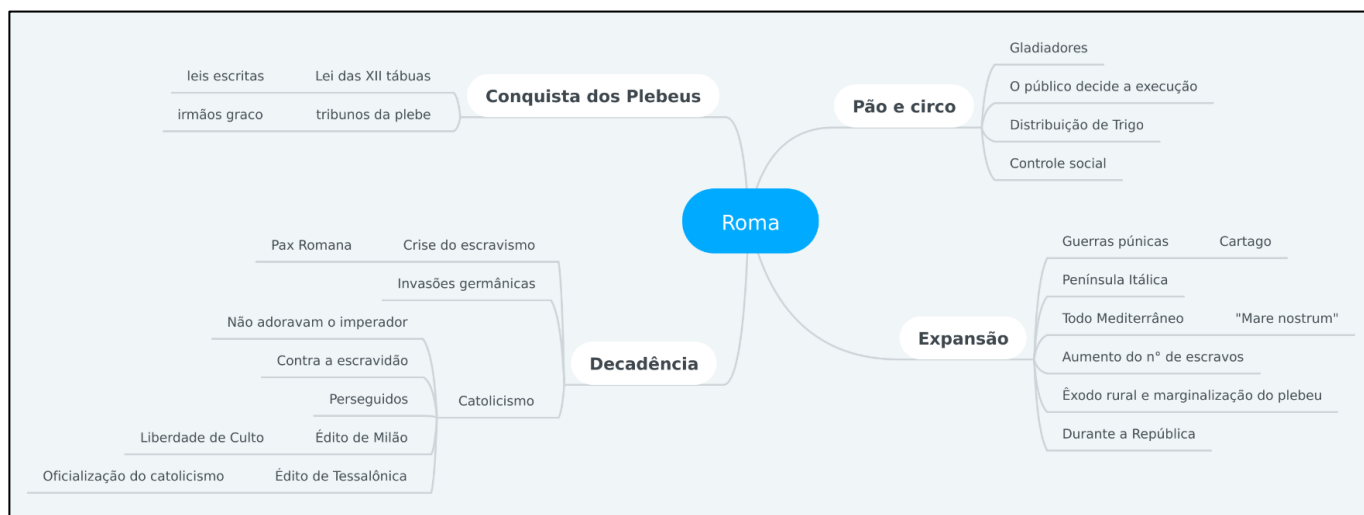


6. Irmãos Graco: Caio e Tibério eram tribunos da plebe (representação dos plebeus no senado romano) defendiam no senado a reforma agrária.
7. Lei das XII tábuas: primeiro código escrito romano.



torna-se o primeiro imperador Romano, e recebeu o título de Augusto (Divino).

9. Entre os mecanismos de controle social temos a Política do Pão e Circo (espetáculos de gladiadores e distribuição gratuita de grãos de trigo) e também a adoração oficial ao imperador.
10. Otávio Augusto decretou a PAX ROMANA, o fim da expansão militar, por considerar conquistado todos territórios de interesse romano. Isso provocou a crise do escravismo, pois a mão de obra era decorrente das conquistas militares.
11. O surgimento do cristianismo está diretamente ligado à queda de Roma, pois negavam-se a adorar o imperador (eram monoteístas) e eram contrários à escravidão. Aos poucos os fiéis multiplicaram-se até tornarem-se maioria no Império.
12. Os primeiros cristãos eram perseguidos e jogados aos leões no coliseu por razões políticas: Não adoravam o imperador e eram contra a escravidão.
13. O império romano passou a sofrer invasões – por 5 séculos- dos povos germânicos, que recuavam diante do avanço dos hunos. Ocorreram invasões violentas e outras relativamente pacíficas.
14. Os romanos chamavam os germânicos de Bárbaros. Só consideravam civilizados aqueles que falavam latim ou grego.
15. Em 313 o imperador Constantino decretou o Édito de Milão, que dava liberdade de Culto aos cristãos.
16. Teodósio em 380 decretou o Édito de Tessalônica, tornando o catolicismo a religião oficial romana e em 395 dividiu o império em 2: Império Romano do Ocidente, com capital em Roma e Império Romano do Oriente, com capital em Constantinopla.



17. A decadência do Império Romano ocorreu devido a 3 fatores: A crise do escravismo (decorrente da Pax Romana), o surgimento e proliferação do cristianismo e as invasões germânicas.



QUESTIONÁRIO - SOMENTE PERGUNTAS

- 1) Quais são as civilizações da Crescente fértil?
- 2) Quais principais características das primeiras grandes civilizações?
- 3) Indique alguns avanços técnicos das sociedades do crescente fértil.
- 4) Qual a principal particularidade dos povos Hebreus?
- 5) O que são sociedades estamentais?
- 6) O que são as Pólis gregas?
- 7) Quais as principais Pólis gregas e suas principais características?
- 8) Como era a cidadania em Atenas?
- 9) Quais as principais características da Democracia Grega?
- 10) Quem são os principais legisladores gregos que são responsáveis pela democracia ateniense?
- 11) Já que os gregos viviam nas cidades-estados independentes, o que conferia unidade aos gregos?
- 12) Quais as razões da decadência da civilização grega?
- 13) Grécia e Roma foram sociedades escravistas. Como conseguiam escravos?
- 14) Quais são as principais contribuições da cultura grega antiga?
- 15) Quais são características comuns aos gregos e romanos?
- 16) Qual era a principal instituição da República Romana?
- 17) Quem foram os irmãos Graco?
- 18) O que foi a lei das XII tábuas e qual sua importância?
- 19) Qual a importância das Guerras Púnicas?
- 20) Indique 3 consequências da expansão romana.
- 21) Como a Pax Romana contribuiu para a decadência do Império?
- 22) Quais são os principais fatores da decadência do Império Romano?
- 23) O que foi o Édito de Milão e o Édito de Tessalônica?
- 24) Porque os cristãos eram perseguidos?
- 25) Quem dividiu e por que o Império Romano foi dividido?



1) Quais são as civilizações da Crescente fértil?

Egito e Mesopotâmia.

2) Quais principais características das primeiras grandes civilizações?

Eram estados teocráticos, com servidão coletiva, todas as terras pertenciam ao imperador, possuíam grandes técnicas de construção de templos e obras hidráulicas para a agricultura.

3) Indique alguns avanços técnicos das sociedades do crescente fértil.

Possuíam avançados cálculos matemáticos, conhecimentos de astronomia, que possibilitou a criação do primeiro calendário, arquitetura desenvolvida, que possibilitou a construção de grandes templos, desenvolvimento da escrita (cuneiforme) e o primeiro ordenamento jurídicos escrito (código de Hamurabi).

4) Qual a principal particularidade dos povos Hebreus?

Foram os primeiros a adotarem o monoteísmo.

5) O que são sociedades estamentais?

Aquelas em que não há mobilidade social. A posição na sociedade se dá pelo nascimento em determinado grupo, não pela riqueza. São sociedades estamentais as da crescente fértil, Grécia e Roma antiga e também a Europa medieval.

6) O que são as Pólis gregas?

As cidades-estados gregas, que eram unidades autônomas. Cada uma possuía suas particularidades na organização política e econômica, bem como um deus de culto principal.

7) Quais as principais Pólis gregas e suas principais características?

Esparta e Atenas. A primeira devemos ligar ao militarismo e a segunda a arte, filosofia e democracia.

8) Como era a cidadania em Atenas?

O cidadão era filho de pai e mãe ateniense, nascido na cidade e cumpriu serviço militar. Não são cidadãos as mulheres, escravos e metecos (estrangeiros: quem não é da cidade).

9) Quais as principais características da Democracia Grega?

Era restrita aos cidadãos, que participavam de assembleias na ágora (lugar de encontros públicos), todos os cidadãos tinham direito a voz e voto e era democracia direta.

10) Quem são os principais legisladores gregos que são responsáveis pela democracia ateniense?

Drácon (primeiras leis escritas), Sólon (fim da escravidão por dívidas) e Clístenes (igualdade dos cidadãos independente da condição social, ampliação e consolidação das assembleias).

11) Já que os gregos viviam nas cidades-estados independentes, o que conferia unidade aos gregos?

Nunca existiu um Estado grego e a unidade era cultural e linguística.

12) Quais as razões da decadência da civilização grega?

As Guerras Médicas e as Guerras do Peloponeso. As Médicas foram contra os persas, que eram chamados de medos. Atenas centralizou os recursos unidos pelos gregos na Liga de Delos e



a conquista da Grécia pelos Macedônicos, liderados por Alexandre o Grande.

13) Grécia e Roma foram sociedades escravistas. Como conseguiam escravos?

Os escravos eram prisioneiros de guerra. Não possuía um caráter mercantilista (comercial) ou étnico como foi na escravidão introduzida no Brasil pelos portugueses. Existia a escravidão por dívidas, mas eram um mecanismo de dominação dos eupátridas sobre os mais pobres.

14) Quais são as principais contribuições da cultura grega antiga?

A Grécia antiga é o berço da civilização ocidental e lá surgiu o pensamento filosófico racional, a democracia (direta) o pensamento antropocêntrico e o teatro.

15) Quais são características comuns aos gregos e romanos?

Os romanos conquistaram a Grécia Helenística e viram com uma cultura superior e a adotaram em vários aspectos. Eram politeístas (os romanos adotaram os deuses gregos), antropocêntricos, escravistas, desprezavam o trabalho manual, conseguiam escravos por guerras.

16) Qual era a principal instituição da República Romana?

O Senado, que era composto somente por Patrícios (o grupo social dominante, dono das terras). Decidiam tudo sobre a administração e eles que declaravam guerra. Após conquistas devido a luta dos plebeus (sem linhagem nobre, livres e normalmente muito pobres) conquistaram o direito de representação dos plebeus no senado: os tribunos da plebe.

17) Quem foram os irmãos Graco?

Os tribunos da plebe Tibério e Caio Graco, que defendiam a reforma agrária. Morreram em decorrência de sua atuação política, mas conseguiram aprovar, por exemplo, a lei frumentária, que distribuía grãos de trigo gratuitamente (isso no início da expansão romana, antes da prática oficial do Império, a política do Pão e Circo, instituída por Otávio Augusto).

18) O que foi a lei das XII tábuas e qual sua importância?

Foi o primeiro código de leis escritas em Roma e consiste num grande avanço da civilização, pois permitia que evitassem a manipulação do ordenamento jurídico pelos patrícios, que até então era oral.

19) Qual a importância das Guerras Púnicas?

Foram a primeira etapa da expansão da República Romana. Entraram em um choque de expansionismos com Cartago (no norte da África) devido a disputa pela ilha da Sicília. Os cartagineses foram derrotados e o reino destruído.

20) Indique 3 consequências da expansão romana.

Como os escravos eram prisioneiros de Guerra, ocorreu um grande aumento no número dos cativos. Os patrícios passaram a usar somente escravos e os plebeus sem trabalho foram para a cidade (êxodo rural). Ocorreu um grande afluxo de riquezas para Roma que tornou-se uma cidade muito rica e poderosa. Conquistaram todo entorno do mar mediterrâneo que passou a ser chamado de "Mare Nostrum".

21) Como a Pax Romana contribuiu para a decadência do Império?

O fim das conquistas que foi decretado pelo primeiro imperador Otávio Augusto, fez com que reduzisse muito o número de escravos e como tudo funcionava com trabalho escravo, a



22) Quais são os principais fatores da decadência do Império Romano?

A crise do escravismo, o surgimento do catolicismo e as invasões germânicas. É importante salientarmos que o processo de decadência durou mais de 3 séculos. O catolicismo se expandiu até tornar-se a religião majoritária e oficial do Império e os germânicos passaram a integrar a sociedade e fundir seu modo de vida. Com o fim das conquistas Roma não conseguia pagar os salários do exército e passou a contratar germânicos, e a força armada passou por um processo de “germanização”.

23) O que foi o Édito de Milão e o Édito de Tessalônica?

O de Milão foi decretado em 313 pelo imperador Constantino e dava liberdade de culto aos cristãos. O Édito de Tessalônica foi decretado pelo imperador Teodósio e tornou o catolicismo a religião oficial do Império.

24) Porque os cristãos eram perseguidos?

Pois eram contra os fundamentos romanos: Eram contrários à escravidão e negavam-se a adorar o imperador como Deus. Aos poucos a religião espalhou-se, principalmente por prometer o paraíso após a morte, até tornar-se o culto majoritário, ser liberado e oficializado.

25) Quem dividiu e por que o Império Romano foi dividido?

Pelo imperador Teodósio, que dividiu em Império Romano do Ocidente, com capital em Roma e Império Romano do Oriente, com capital em Constantinopla. Fez isso para preservar o oriente, que continuava poderoso e rico. A crise atingiu somente o ocidente, devido as invasões germânicas. O Império Bizantino (Roma oriental) permaneceu em pé por mais mil anos (todo o período medieval) e só entrou em decadência em 1453 após a conquista militar dos Turcos Otomanos.

PROVA PM-SP 2021 – OFICIAL

HISTÓRIA

1. (FGV – PM-SP – Oficial / 2021)

Por “democracia”, entende-se a forma de governo na qual a soberania pertence ao povo e se concretiza em uma constituição compartilhada e aceita por todos os cidadãos. Essa forma de governo tem uma longa história que remonta às cidades-estados gregas, retomada pelo iluminismo francês e estabelecida no século XX com a ampliação progressiva do direito ao voto.

A respeito da trajetória da democracia no Ocidente, assinale a afirmativa que indica uma característica comum a todas as experiências e formas históricas da democracia.

- A) Titularidade dos direitos políticos para todos os homens e mulheres maiores de idade.
- B) Concepção de isonomia traduzida na igualdade de todos os cidadãos perante a lei.



E) Defesa da liberdade como um direito natural de todos os homens.

Comentários:

A alternativa A é falsa, pois só recentemente, no séc. XX, que as mulheres conseguiram adquirir a titularidade dos direitos políticos, após milênios de exclusão política. Na antiguidade, as mulheres sequer eram consideradas cidadãs, não podendo discutir os assuntos da cidade.

A alternativa B é a resposta certa, uma vez que tanto a democracia antiga quanto a democracia moderna presavam pela concepção de isonomia dos cidadãos perante a lei. Vale ressaltar, em todo caso, que apesar de a isonomia poder ser identificada como uma característica comum a todas as experiências e formas históricas da democracia ocidental, não podemos dizer o mesmo sobre a cidadania. Aquele que era considerado cidadão na antiguidade dizia respeito a um limite muito restrito de homens naturais de uma cidade-estado e com um certo quinhão econômico, excluindo aí as mulheres, as crianças e jovens, os escravos e os estrangeiros. Já no modelo democrático moderno identificamos uma série de transformações que ampliaram o conceito de cidadania, desde o voto feminino até o sufrágio universal. Neste sentido, devemos tratar a alternativa B com a ressalva de que o tratamento isonômico àqueles que eram considerados cidadãos de fato é algo comum na história da democracia ocidental, mas a “pegadinha” aparece no conceito de cidadania, podendo confundir o concurseiro.

A alternativa C é falsa, de tal modo que o sufrágio universal só foi considerado um valor intrínseco à democracia muito recentemente, no séc. XX, assim como a ideia do voto secreto ser uma garantia política. No Brasil da primeira República (1889-1930), por exemplo, o voto não era secreto, sendo muito comum a prática do voto de cabresto, que era uma forma de dominação e coerção política.

A alternativa D também é falsa, pois no modelo democrático antigo, como o que era praticado em cidades-estados gregas, p.ex. em Atenas, era na forma de exercício direto da soberania popular. Este modelo exigia que os cidadãos participassem ativamente da vida pública, discutindo abertamente os problemas da cidade nas praças chamadas ágoras, que serviam como uma espécie de parlamento. Somente no modelo democrático moderno que se optou pelo exercício indireto da soberania popular, tal como o que praticamos no Brasil, elegendo nossos representantes para decidirem sobre os problemas da nação.

A alternativa E também é falsa, de tal modo que a defesa da liberdade como um direito natural é um projeto estritamente iluminista, configurando-se, portanto, como um modelo moderno de democracia. Ao passo que na antiguidade a liberdade era um valor para o cidadão, mas, como vimos, a cidadania era muito restrita; não se considerava que o escravo deveria ter direitos políticos, por exemplo. Até mesmo o filósofo Aristóteles, que viveu na Grécia antiga, no período de Alexandre, o grande, justificou racionalmente os motivos de existirem escravos. Ou seja, a concepção de liberdade unilateral não havia naquela época, sendo apenas uma virtude política pós-iluminista.

Gabarito: B



2. (FGV – PM-SP – Oficial / 2021)

Tendo feito a independência, José Bonifácio considerou-a questão de tempo. Nem por isso deixou de tomar as providências necessárias para formalizá-la. Por meio de seus emissários enviados a Londres, Paris, Buenos Aires e aos Estados Unidos, ou em conversações diretas com os representantes de potências estrangeiras no Rio de Janeiro, conduziu as tratativas iniciais sobre o reconhecimento. Sendo a independência um fato consumado, entendia que os próprios interesses comerciais externos se encarregariam de promover-lhe a aceitação formal.

RICUPERO, Rubens. José Bonifácio e a criação da Política Exterior do Brasil. IBGH. 2013.
Adaptado.

Sobre o reconhecimento diplomático do Império do Brasil, na primeira década após a independência, assinale a afirmativa correta.

- A) As potências absolutistas europeias, Áustria, França e Rússia, reconheceram a independência do Brasil em troca de o novo país custear o combate às nascentes repúblicas americanas.
- B) Os Estados Unidos reconheceram a independência do Império do Brasil no contexto da Doutrina Monroe, que defendia o princípio da legitimidade monárquica para as novas nações americanas.
- C) As recém-criadas nações latino-americanas apoiaram a independência do Brasil em troca de concessões territoriais, como no caso da Argentina, que obteve a Província da Cisplatina.
- D) Portugal aceitou reconhecer a independência do Brasil graças à mediação da Grã-Bretanha, interessada em manter a aliança com Lisboa e acessar o mercado brasileiro para as suas manufaturas.
- E) Os Estados Papais reconhecem a autonomia política do Império do Brasil na condição de este instituir o Padroado Régio, por meio do qual o imperador comprometia-se a sustentar o clero no Brasil.

Comentários:

A alternativa A não está correta, uma vez que as nações conservadoras europeias se opunham ao reconhecimento da independência de qualquer ex-colônia. A Santa Aliança (evento que se sucedeu à queda de Napoleão Bonaparte) se opunha ao reconhecimento da independência de qualquer ex-colônia, defendendo o absolutismo e o colonialismo. Somente após o Tratado de Paz e Aliança, de 1825, quando houve o reconhecimento português, é que várias outras nações da Europa e da América foram impelidas a realizarem o mesmo gesto político. Com isso, o Brasil poderia estabelecer negócio com outras nações do mundo através da assinatura de acordos e o estabelecimento de tratados de comércio.



e desta doutrina ter influenciado muito no reconhecimento estadunidense, é falso afirmar que a Doutrina Monroe defendia o princípio da legitimidade monárquica para as novas nações americanas. A ideologia da doutrina estava baseada em três princípios básicos: a impossibilidade de criação de novas colônias ao longo do continente, intolerância à interferência de nações europeias em questões internas e a não participação norte-americana em conflitos envolvendo países europeus. Não obstante, a adoção da forma de governo monárquico e as tendências absolutistas do imperador brasileiro gerou resistência ao reconhecimento da independência do Brasil por outros países americanos recém libertos do jugo colonial.

A alternativa C não está correta, pois os países da antiga América espanhola, recém-independentes, que haviam adotado a República como forma de governo, desconfiavam da solução monárquica adotada no Brasil. Havia receio de que os países europeus pudessem usar o Brasil para tentar a recolonização americana.

A alternativa D é a resposta certa. A Inglaterra, que não fazia parte da Santa Aliança, e que desejava garantir seus privilégios comerciais e políticos no Brasil, foi a grande intermediária junto às demais nações para o reconhecimento externo da nossa independência. A Inglaterra, apesar de seu interesse em reconhecer logo a Independência do Brasil, era tradicional aliada de Portugal e não pretendia entrar em atritos com Lisboa. Assim, o governo inglês assumiu a posição de mediador entre Brasil e Portugal, buscando um acordo que satisfizesse a Casa de Bragança e permitisse o reconhecimento do Império do Brasil. As negociações se arrastaram por quase três anos, entre Londres, Lisboa e Rio de Janeiro. Finalmente, em agosto de 1825, Portugal assinou o acordo de reconhecimento, mediante uma indenização de 2 milhões de libras e da concessão a D. João VI do título de Imperador Honorário do Brasil. No entanto, o Brasil não possuía essa quantia e, por outro lado, Portugal já tinha uma dívida grande com os ingleses. A solução veio através do empréstimo feito na Inglaterra, o primeiro empréstimo contraído pelo Brasil em Londres. Como Portugal tinha uma dívida de mais de 2 milhões de libras com a Inglaterra, o dinheiro nem chegou a sair dos cofres ingleses. Ao Brasil coube o pagamento dos juros e dos serviços da dívida, aumentando o endividamento com a Inglaterra por todo o século XIX e XX.

A alternativa E não está correta, pois o Padroado Régio teria sido incorporado no Brasil bem antes da Independência, além do mais, tendo o papado participação na criação da Santa Aliança, defendia o direito dos reinos de Portugal e Espanha em retomar o controle das colônias recém independentes na América.

Gabarito: D

3. (FGV – PM-SP – Oficial / 2021)

No início do século XIX, o estrategista prussiano Carl Von Clausewitz definiu a guerra como uma atividade do Estado: um ato de força com o fim de submeter o adversário aos seus objetivos políticos. Ele resumiu corretamente um fenômeno específico que tomou forma na Europa, a partir do século XVII, e evoluiu com o Estado Moderno.



	Séculos XVII-XVIII	Século XIX	Primeira metade do século XX	Segunda metade do século XX
Organização política	Estado absolutista	Estado nacional	Aliança de Estados e impérios	Blocos
Objetivos da guerra	Razão de Estado e conflitos dinásticos	Conflito nacional	Interesse nacional e conflito ideológico	Conflito ideológico
Tipo de exército	Mercenário / profissional	Profissional / alistamento	Exércitos de massa	Exércitos profissionais / elite científico-militar
Economia de guerra	Regulamentação de tributos e empréstimos	Expansão da administração e da burocracia	Mobilização econômica	Complexo industrial-militar

KALDOR, Mary. *Le nuove guerre. La violenza organizzata nell'età globale*. Roma: Carocci, 2003. Adaptado.

A esse respeito, são corretas as afirmativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) O exército permanente passou a ser, a partir do século XVII, um instrumento fundamental do processo de concentração do monopólio legítimo da violência pelo Estado.
- B) O exército profissional, comandado pela nobreza e pautado no valor da honra, foi a base predominante da ação militar do Estado Moderno europeu até o século XVIII.
- C) As guerras revolucionárias do século XIX, como as napoleônicas e a civil norte-americana, estão associadas à construção dos estados nacionais e à defesa do princípio de legitimidade dinástica.
- D) A economia, graças à racionalização da administração e à ação da burocracia, estimulou a expansão militar das nações imperialistas nos continentes africano e asiático no século XIX.
- E) A guerra, enquanto atividade do Estado Moderno, manteve-se centralizada, territorializada e hierarquicamente ordenada, independentemente das mudanças inerentes à sua evolução.

Comentários:

A alternativa A não é a resposta certa, pois de fato o exército permanente passou a ser, a partir do século XVII, um instrumento fundamental do processo de concentração do monopólio legítimo da violência pelo Estado. Um dos fundamentos do Estado moderno foi justamente a força militar que vai representar toda a população oficialmente, bastante parecido com aquela que nós temos hoje.

A alternativa B não é a resposta certa, pois de fato o exército profissional, comandado pela nobreza e pautado no valor da honra, foi a base predominante da ação militar do Estado Moderno europeu até o século XVIII. Vale lembrar que a nobreza surge em meio aos títulos e patentes militares ao



manteve-se junto à criação dos Estados modernos e a profissionalização dos exércitos a nobreza enquanto patente militar. Somente com a ascensão burguesa e a nacionalização do Estado é que a nobreza começa a perder lugar em meio às patentes militares.

A alternativa C é a resposta correta, pois é falso afirmar que as guerras revolucionárias do século XIX, como as napoleônicas e a civil norte-americana, estão associadas à construção dos estados nacionais e à defesa do princípio de legitimidade dinástica. A guerra civil norte-americana foi um conflito armado travado entre os estados do Sul e do Norte dos Estados Unidos, tendo como causa principal a longa controvérsia sobre a escravização dos negros.

A alternativa D não é a resposta certa, pois de fato a economia estimulou a expansão militar das nações imperialistas nos continentes africano e asiático no século XIX. A industrialização do continente europeu marcou um intenso processo de expansão econômica. O crescimento dos parques industriais e o acúmulo de capitais fizeram com que as grandes potências econômicas da Europa buscassem a ampliação de seus mercados e procurassem maiores quantidades de matéria-prima disponíveis a baixo custo. Foi nesse contexto que, a partir do século XIX, essas nações buscaram explorar regiões na África e Ásia.

A alternativa E não é a resposta certa, pois de fato a guerra, enquanto atividade do Estado Moderno, manteve-se centralizada, territorializada e hierarquicamente ordenada, independentemente das mudanças inerentes à sua evolução. A formação do Estado tem início com a prática da guerra, na qual um grupo que concentra os meios de coerção procura atacar e controlar os competidores locais. A etapa seguinte é a constituição de uma unidade territorial, por meio da delimitação de fronteiras seguras, processo que ocorre ao mesmo tempo em que os competidores externos são afastados e impedidos de ameaçar a nova unidade territorial. O fenômeno da guerra é, portanto, um fator central no processo que desembocou na forma de Estado nacional que predomina atualmente. É por meio da guerra que os governantes daqueles primeiros Estados, recém-formados, asseguraram a centralização do poder político, o controle interno da população e a manutenção da unidade territorial diante de ameaças externas, provenientes de outros Estados.

Gabarito: C

4. (FGV – PM-SP – Oficial / 2021)

Joseph Goebbels, ministro da propaganda do Terceiro Reich, centralizava e coordenava as atividades de sustentação e imposição do nacional-socialismo. Ele afirmou: “As notícias são uma arma da guerra. O seu objetivo é o de vencer a guerra, não o de informar”. O pôster a seguir, de 1936, é um exemplo dessas atividades.





A partir da imagem, analise as afirmativas a seguir sobre a relação entre o Nazismo e os meios de comunicação de massa.

- I. O pôster retrata uma Alemanha unida em torno dos valores propagados pelo reich, com vistas ao domínio das massas em um contexto de guerra expansionista.
- II. O pôster promove a figura de Hitler como condutor infalível da nação alemã, contribuindo para o culto à personalidade do líder, próprio de regimes totalitários.
- III. O pôster mostra uma multidão ao redor de um aparelho de rádio de tamanho desproporcional, enfatizando o apelo às massas e a grande audiência obtida pelas transmissões nazistas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Comentários:

Joseph Goebbels foi o responsável pela criação do mito "führer". Cineasta, jornalista, literato e filósofo, possuía uma retórica única. Ele produzia filmes emocionantes divulgando o nazismo, onde mostrava uma Alemanha melhor, próspera e feliz com a supremacia da raça ariana. Seus filmes estimulavam o preconceito étnico, a xenofobia, o patriotismo e o heroísmo e condenavam os judeus,



ouvintes, o comércio de transistores, a sociedade de radiodifusão e o Ministério da Propaganda. O rádio, então um veículo de comunicação novo, era visto pelo ministro da Propaganda, Josef Goebbels, como meio ideal para controlar e divulgar o ideário nazista, enfatizando o apelo às massas. Tanto o conteúdo como a apresentação dos programas de rádio passaram a ser controlados pela sua equipe, obtendo grande audiência pelas transmissões nazistas. Todos os funcionários de rádio foram obrigados a se filiar à Câmara de Radiodifusão. A partir de outubro de 1939, também à Câmara de Cultura do Reich. No rádio era retratado uma Alemanha unida em torno dos valores propagados pelo Reich, tal como no poster de Goebbels, com vistas ao domínio das massas.

Nesse sentido, a alternativa C é a resposta certa, pois apenas as proposições I e III estão corretas.

A proposição II é falsa, pois o pôster não promove a figura de Hitler como condutor infalível da nação alemã, contribuindo para o culto à personalidade do líder, uma vez que mais do que reforçar a imagem do líder, esse pôster em especial tem a intenção de convencer as massas de que o rádio era ouvido por todos.

Gabarito: C

fiquei um pouco em dúvida se seria a E

5. (FGV – PM-SP – Oficial / 2021)

As imagens a seguir retratam a história da consolidação do programa de vacinação brasileira ao longo de mais de 100 anos e testemunham a história da virologia e da luta dos cientistas para a erradicação de moléstias no Brasil.





1908 - Epidemia de Variola leva a população aos postos de vacinação, no Rio de Janeiro (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)



1975 – Campanha Nacional de Vacinação contra a meningite, em São Paulo (Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantã)



2021 – Primeira brasileira a ser vacinada contra a Covid-19, em São Paulo.

Fonte: oglobo.globo.com

A respeito da trajetória da vacinação no Brasil, as afirmativas a seguir estão corretas, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) A atitude antivacina acompanhou essa trajetória como, por exemplo, na Revolta da Vacina de 1904, motivada pela indignação popular diante do descaso governamental em relação à difusão da febre amarela e da varíola no Rio de Janeiro.
- B) O Instituto Butantan e a Fiocruz foram pioneiros nos trabalhos de microbiologia, tendo se desenvolvido em um contexto de urbanização e imigração crescentes, no início do século XX, e lideram hoje a produção nacional de vacinas.
- C) O desenvolvimento científico contou com médicos, sanitaristas e microbiologistas como Adolpho Lutz, Vital Brazil, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, que pesquisaram como combater doenças tropicais e produzir soros contra a toxina de animais peçonhentos.
- D) A associação entre pesquisa científica e trabalho de campo permitiu o desenvolvimento, a partir dos anos 1970, das campanhas de vacinação em grande escala, no contexto do Programa Nacional de Imunizações (PNI).
- E) As altas coberturas vacinais alcançadas até o final do século XX permitiram erradicar a varíola e a poliomielite (paralisia infantil), colocando o país no rol das nações bem-sucedidas na extinção de doenças - que, no entanto, voltaram a incidir.

Comentários:



incorreto, não foi motivada pela indignação popular diante do descaso governamental em relação à difusão da febre amarela e da varíola no Rio de Janeiro. Pelo contrário, foi um motim popular ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, que teve como pretexto imediato uma lei que determinava a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, mas também é associada a causas mais profundas, como as reformas urbanas que estavam sendo realizadas pelo prefeito Pereira Passos e as campanhas de saneamento lideradas pelo médico Oswaldo Cruz.

A alternativa B não é a resposta certa, pois é correto afirmar que o Instituto Butantan e a Fiocruz foram pioneiros nos trabalhos de microbiologia, tendo se desenvolvido em um contexto de urbanização e imigração crescentes, no início do século XX, e lideram hoje a produção nacional de vacinas. Elas marcam o domínio do chamado pasteurianismo e da ciência experimental no Brasil.

A alternativa C não é a resposta certa, uma vez que de fato o desenvolvimento científico contou com médicos, sanitaristas e microbiologistas como Adolpho Lutz, Vital Brazil, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, que pesquisaram como combater doenças tropicais e produzir soros contra a toxina de animais peçonhentos.

A alternativa D não é a resposta certa, de tal modo que é correto afirmar que a associação entre pesquisa científica e trabalho de campo permitiu o desenvolvimento, a partir dos anos 1970, das campanhas de vacinação em grande escala, no contexto do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Em 1973 foi formulado o Programa Nacional de Imunizações, por determinação do Ministério da Saúde, com o objetivo de coordenar as ações de imunizações que se caracterizavam, até então, pela descontinuidade, pelo caráter episódico e pela reduzida área de cobertura.

A alternativa E não é a resposta certa, pois de fato as altas coberturas vacinais alcançadas até o final do século XX permitiram erradicar a varíola e a poliomielite (paralisia infantil), colocando o país no rol das nações bem-sucedidas na extinção de doenças - que, no entanto, voltaram a incidir. “Médicos formados há mais de 20, 30 anos, mal viram ou cuidaram de pacientes com poliomielite, difteria e meningite causada por *Haemophilus influenzae*. Os formados há menos de 40 anos não viram casos de varíola. A falta de memória sobre essas doenças, sua gravidade e sequelas torna menos evidente a necessidade de preveni-las”, avaliam pesquisadores em artigo publicado no jornal da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

Gabarito: A

6. (FGV – PM-SP – Oficial / 2021)

A respeito das constituições republicanas brasileiras, correlacione as datas das Cartas Constitucionais listadas na coluna da esquerda às características apresentadas na coluna da direita.

(1) 1891



(3) 1967

() Estabeleceu o fim da censura nos meios de comunicação, o direito de voto aos analfabetos e a redução da jornada semanal de 48 para 44 horas.

(4) 1988

() Baseou-se nos ideais positivistas e consolidou o princípio republicano federalista, além de estabelecer três Poderes, ficando extinto o Poder Moderador.

() Inspirou-se em ideais fascistas e instituiu a censura prévia aos meios de comunicação, além de permitir ao presidente nomear interventores nos estados.

() Concedeu amplos poderes ao Executivo e incorporou atos institucionais que

Assinale a opção que indica, segundo a ordem apresentada, a sequência correta.

A) 3, 4, 1 e 2.

B) 2, 4, 3 e 1.

C) 1, 2, 4 e 3.

D) 4, 3, 2 e 1.

E) 2, 1, 3 e 4.

Comentários:

A alternativa A é resposta correta.

(3) Concedeu amplos poderes ao Executivo e incorporou atos institucionais que estabeleceram a suspensão dos direitos políticos e do habeas corpus.

(4) Estabeleceu o fim da censura nos meios de comunicação, o direito de voto aos analfabetos e a redução da jornada semanal de 48 para 44 horas.

(1) Baseou-se nos ideais positivistas e consolidou o princípio republicano federalista, além de estabelecer três Poderes, ficando extinto o Poder Moderador.

(2) Inspirou-se em ideais fascistas e instituiu a censura prévia aos meios de comunicação, além de permitir ao presidente nomear interventores nos estados.



A Constituição de 1891 é a primeira Constituição republicana do Brasil, sendo promulgada poucos anos depois da Proclamação da República, num momento em que o cenário político, intelectual e militar brasileiro estava fortemente marcado pelo Positivismo de Augusto Comte.

A Constituição de 1937, conhecida como a Constituição Polaca, por causa da influência que sofreu do modelo polonês, foi outorgada justamente na fundação da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, anos antes de estourar a Segunda Guerra Mundial, num contexto em que os ideais nazifascistas eram bem recebidos no cenário político e social brasileiro.

A Constituição de 1967 foi outorgada no auge da Ditadura Militar como instrumento antipopular de legitimação do regime, concedendo poder e autoridade às ações dos militares.

A Constituição de 1988 é conhecida como Constituição Cidadã, sendo promulgada após a derrocada da Ditadura Militar, durante o processo de redemocratização, tendo como princípio fundamental a ampliação dos direitos dos cidadãos e a garantia dos direitos humanos.

Gabarito: A

...

É isso aí, pessoal. Aguardo vocês no nosso próximo passo, que falaremos sobre Idade Média.
Grande abraço, bons estudos e foco no sucesso!!!



@professorsergiohenrique



Professor Sergio Henrique



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.